



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNAI E INCRA			
EVENTO: Reunião Reservada	REUNIÃO Nº: 0230R/16	DATA: 29/03/2016	
LOCAL: Florianópolis - Santa Catarina	INÍCIO: 18h27min	TÉRMINO: 21h17min	PÁGINAS: 79

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RODINEI ESCOBAR XAVIER CANDEIA - Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.  
MILTON MOREIRA - Indígena guarani.  
FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.  
MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA - Delegado de Polícia Federal.  
SUZANA APARECIDA ALANO - Tabeliã de Notas e Registro Civil da Escrivania de Paz do Distrito de Enseada de Brito e Diretora de Comunicação Social do Conselho Comunitário da Enseada de Brito, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina.  
WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN - Denunciante.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e Ininteligíveis.  
Grafias não confirmadas: Walter Timura; Marina Slaviero.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom, damos início agora.

Aqui é Rodinei Candeia, Procurador requisitado pela CPI da FUNAI e do INCRA.

Vamos dar início à ouvida, em diligência técnica, na cidade de Florianópolis, do Sr. Milton Moreira, indígena guarani, e da Sra. Suzana Aparecida Alano, tabeliã de Enseada do Brito, sobre os temas.

Sr. Milton, o senhor pode nos narrar, por favor, como sua família ocupava, quando veio, quais eram as pessoas que estavam ali em Morro dos Cavalos? Pode nos explicar, por favor?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Por gentileza, boa noite! Na verdade, em 1964 é que nós chegamos ali no Morro dos Cavalos, na região do Morro dos Cavalos. Meu pai veio do Paraguai. Eu nasci no Oeste de Santa Catarina, chamado Cunha Porã, lá no Oeste. Então, a partir dali, nós ficamos até... Eu não nasci ali; eu me criei ali. A partir de... até os anos 80... Depois dos anos 80 que a gente saiu dali. Fomos para a região de Biguaçu, da grande Florianópolis, também.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quando vocês vieram de Cunha Porã? Em 64, é isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Nós chegamos aqui em 64.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E vocês foram para que local?

**O SR. MILTON MOREIRA** - No Morro dos Cavalos, mas não onde está atualmente a aldeia hoje. Chama-se Curva da Garganta, no Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Curva da Garganta é onde vocês estavam?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Com 4 hectares de chão.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como se deu essa ocupação dos senhores lá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não é, porque... antes da... porque... a minha mãe morreu na... quando a gente... vindo de lá pra cá, em Tijucas. E depois meu pai ficou sozinho, então a gente veio pra cá, vendo, caminhando, sem motivo, assim, para arranjar um lugarzinho para a gente, tanto é que a gente ficou ali. Tinha um





cidadão chamado... um doutor chamado... que era dono antigo, na época em que foi doado... Mas só botaram a cerca; não deu em papel nem nada. Na época não existia... Só para dar um lugarzinho pra nós. Não tinha papel nenhum na época, então...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, o proprietário da área permitiu que vocês ficassem ali?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Na época, né? Ele já é falecido hoje.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como era o nome dele?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Era Dr. Gilberto.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Dr. Gilberto.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lembra o sobrenome?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não sei.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! E aí vocês se localizavam nessa área de 4 hectares ali e moraram sempre ali. Quantas pessoas vocês eram?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Nós somos em seis.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Seis?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Seis, total.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Seu pai e...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Minhas cinco irmãs e eu. São seis.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! O senhor é indígena de que etnia?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eu sou guarani-phain.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Guarani-phain?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Phain: "p", "h", "a", "i", "n".

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! Essa etnia é do Paraguai?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim. Assim diz o meu pai, porque ele veio de lá mesmo, né?





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe de que cidade, de região?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Caaguazu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! Bom, o que vocês faziam? Vocês plantavam nesse local? Tinham alguma atividade?

**O SR. MILTON MOREIRA** - A gente trabalhava. Tinha tarefas. A gente plantava. Era uma terra muito ruim. Sempre foi muito ruim. O Morro dos Cavalos não tem lugar chato, não tem planície; é muito morro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não é para plantio?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não serve nada para plantio.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É só para morar, mesmo.

**O SR. MILTON MOREIRA** - E olhe lá, ainda. Se tiver... como é que a gente vai morar se não tiver condições, também, para comprar os materiais, também...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês trabalhavam em outras coisas, então?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, nós trabalhávamos com cestaria.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cestaria?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hã, hã. Em que momento vocês saíram dali de... Sua família saiu daquela...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Em 1978, meu falecido pai morreu. Então, dali a gente se desfez, porque as condições precárias eram muito grandes. Nós tínhamos que procurar uma atividade para melhorar de vida. A gente passou muitas dificuldades, porque a gente não tinha nenhuma ajuda na época. E a terra era muito ruim também. Como é que a gente ia plantar?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí o senhor disse que se desfez. Vocês venderam, então?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Não. A gente deixou, assim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só abandonou a área.





**O SR. MILTON MOREIRA** - Só abandonou. É porque não tinha condições. O que a gente ia fazer ali sem ajudar de ninguém, nem da Prefeitura naquela época?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! Na época, tinha algum apoio da FUNAI, alguma coisa?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Porque a FUNAI, na verdade, foi em 1967. Então, a gente chegou muito antes lá. Então, a gente não tinha, não é?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Porque, na verdade, a própria FUNAI... Em 1993, foram os conhecidos... Quando a gente estava lá em Biguaçu, dizendo ela mesma — naquela época era o Administrador Regional de Curitiba, porque só tinha em Curitiba; na época, não tinha em Santa Catarina — e a ARE é lá. Então, era chamado Sérgio de Campos o Administrador Regional de Curitiba. E aqui em Santa Catarina só tinha em Passo Fundo ou em Chapecó. Não me lembro muito bem, mas não tinha aqui.

Tanto é que, em 1993, existiam dois jornais em Santa Catarina que eram fortes. Hoje, existe o *DC*. E era o jornal *O Estado*. Através do jornal *O Estado* tinha uma senhora lá em Biguaçu que dizia: “*Olha, vocês estão sofrendo, e tem um órgão público, a FUNAI, chamado FUNAI — Fundação Nacional do Índio, que pode dar apoio*”. Através do jornal, ela filmou lá que nós estávamos sofrendo. Por isso, esse Dr. Sérgio de Campos...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só para a gente organizar um pouquinho.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Vocês moravam ali. Seu pai faleceu em 78...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ... as condições eram ruins e os senhores saíram dali. Vocês foram para onde dali?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, nós fomos... Eu fui para Biguaçu, na época, não é?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Antes disso...





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Biguaçu é uma cidade aqui do litoral.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Aqui para o norte aqui.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foi em 86.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Nós saímos, porque a gente ficou na região trabalhando, mas nós chegamos a Biguaçu. Mas nós deixamos nos anos 86 o Morro dos Cavalos. As minhas irmãs se casaram com não índios. Eu me casei com uma índia, tive quatro filhos. Então, a gente foi trabalhar na região de Biguaçu, na época, em 86.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - A esposa do senhor também era guarani-phain?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. É xiripá, era de Cacique Doble, do Rio Grande do sul.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Xiripá é guarani-xiripá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É. É guarani-xiripá. Hum, hum! Porque tem três etnias o guarani. Puro mesmo tem três: o phain, o xiripá e o tambiopé.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o nome desse último?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Tambiopé.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tambiopé?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E mbya?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, mbya é nós tudo a aqui. É uma palavra que os antropólogos colocaram lá só para dar... É a mesma coisa nhandeva. Nhandeva é gente, ser humano. Então, botaram como etnia.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quer dizer que mbya e nhandeva são invenções.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Invenção.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mbya significa o quê?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Mbya é raça.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não está dizendo qual é a etnia. É só raça.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Nhandeva também é ser humano.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É como dizer assim: guarani mbya significa dizer raça guarani.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E nhandeva significa pessoas, gentes.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Nhandeva é pessoa, ser humano.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, nem nhandeva, nem mbya são etnias.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, as etnias são... O senhor pode repetir para nós? É o phain, xiripá...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Phain, xiripá e tambiopé?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tambiopé?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Fizeram uma confusão danada lá no Morro de Cavalos, entre Maciambú. O cunhado morava lá para cima, e os antropólogos diziam que aquele o povo lá era nhandeva e o do Morro dos Cavalos era o mbya. Se os dois eram irmãos lá em cima...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eram irmãos, e os antropólogos diziam que eram de raças diferentes.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aí, em 86, o senhor, através da sugestão dessa senhora do jornal *O Estado*, foi procurar a FUNAI. É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Através do jornal. Foi anunciado pelo jornal.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Foi anunciado pelo jornal. Daí, o senhor entrou em contato, ou entrou em contato com o senhor esse Sr. Sérgio?

**O SR. MILTON MOREIRA** - O Sérgio, através do jornal, entrou em contato com a gente em Biguaçu, em 93.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí os senhores conversaram com ele?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em 93?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí? O que aconteceu?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele disse que nunca ouviu falar e nem sequer ouviu dizer que índios guaranis existiam no litoral de Santa Catarina.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O nome todo do Sérgio é Sérgio do Canto, não é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sérgio do Campo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Do Campo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - De Campos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - De Campos.

**O SR. MILTON MOREIRA** - E João Ferrarez.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - João...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ferrarez.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Os dois eram coordenadores? Qual era a função deles mesmo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - João Ferrarez era o motorista dele.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Diga-me uma coisa. Esse Sérgio de Campos, o senhor tinha dito a função dele.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele era Administrador Regional...







**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Administrador Regional em Curitiba?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Em Curitiba.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. E aí ele procurou, disse que nunca tinha ouvido falar em guaranis no litoral de Santa Catarina.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso, era a primeira vez.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aí, depois dali ele fez um processo demarcatório; ele foi entrando em contato com os antropólogos para ver o que ele podia fazer, ou não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! E o que ele disse para vocês? Que ele ia fazer uma demarcação? O que ele disse para vocês?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não. Ele disse: *“Não, mas nós vamos tentar ajudar vocês aqui com melhores condições”*. Porque onde nós estávamos era Camping Clube do Brasil. Através do Banco do Brasil, foi retomada, então estava abandonada onde... Até um senhor que não tinha nada a ver com a história disse: *“Não, aqui essa terrinha está abandonada. Vocês podem ficar aí.”*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que cidade?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aqui em Biguaçu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Biguaçu.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Balneário São Miguel, Biguaçu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí esse senhor da FUNAI disse que ia demarcar para vocês onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, ele disse que ia pensar, fazer um estudo se há possibilidade de fazer alguma coisa.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - Vão chamar os antropólogos, para ver que possibilidade podia fazer.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quais antropólogos ele chamou?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Chamou Maria Ladeira — eu não sei muito bem o sobrenome todo. Primeiro essa senhora. E depois veio... Naquela época eles estavam estudando... Os acadêmicos, naquela época, eram Maria Dorothea Darella, e depois o Aldo Litaiff.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Desculpe-me, o último nome eu não entendi.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aldo, Maria Dorothea Darella.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Aldo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aldo Litaiff.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aldo...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Litaiff.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Litaiff?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! O.k.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Esses foram os primeiros antropólogos que foram ali. Eram mandados por essa Maria Ladeira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ela que mandava?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ela que coordenava.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. E aí, o que esses antropólogos disseram para vocês?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Perguntaram se nós gostamos daquele pedacinho de terra, o que tinha ali... Começaram a fazer muitas perguntas: se tinha animais ou não, se podia sobreviver. Naquela época a gente não tinha nada, não tinha nem terra nem nada. Nós aceitamos qualquer coisa lá, pelo menos para colocar, porque a gente só vivia na estrada.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E onde que ela propôs criar uma área?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Em Balneário São Miguel.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em Balneário São Miguel.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Biguaçu.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! E aí?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aí eles fizeram durante, parece que 2 anos, fizeram o trabalho de antropologia lá. Aí começaram a fazer... Aí veio esse Sérgio de Campos... Se há possibilidade... A gente sempre falou que a gente não era dali. A gente contou toda a história como a gente contou. *“Então, é a primeira vez dos índios por aqui, nós vamos fazer um territóriozinho para vocês aqui.”* E foi isso que eles fizeram.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foi o Sérgio de Campos.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí em que local? E eles acabaram fazendo isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, fizeram.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hoje tem uma terra demarcada, com 56 hectares.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Cinquenta e seis hectares. Onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Em Balneário São Miguel. Biguaçu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lá mesmo? O senhor mora lá ainda?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, agora estou aqui em Praia de Fora, no quilômetro 222.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Praia de Fora. Hum, hum. Tá. E existe a reserva lá ainda?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, existe!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. Naquela época... Isso foi em 93, é isso? Naquela época existiam mais guaranis?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Aí é que nós vamos entrar na história de compreensão, de entendimento, que está uma confusão de história.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode contar para nós, então?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Então, na verdade, em 93... Quando chegou em 94... Em 94 surgiram uns índios vindo. Eu já conhecia esses índios, porque eu, quando eu tinha uns 18 anos, andei nas fronteiras da Argentina e de Santa Catarina. Esse Seu Augusto, que mora hoje, que tem um território em Imaruí de Laguna, através do TBG, teve uma “indenizaçãozinha” lá de 100 mil reais. Compraram esse primeiro território para esses índios que vieram da Argentina, em 94, que estavam na Terra Fraca de Palhoça. E esse envolvimento de levar esses índios lá numa terra sequestrada foi através da Dra. Analúcia Hartmann, que fez um documento para levar esses índios, porque eles estavam numa terra ruim aqui em Palhoça, que era uma terra sequestrada, para apoiar eles lá, para depois, então, fazer um relatório, através do DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na época, para pedir um pedacinho de terra, para dar uma condição de melhoria para esses guaranis que vieram do Rio Grande do Sul — eles falaram.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Deixe-me entender: existiam alguns índios que chegaram depois, que o senhor conhecia, não é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles vieram, pelo que o senhor disse, da Argentina. É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É isso, da Argentina. Eu conheci lá em Pipiri, no rio Pipiri-Guaçu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É, o senhor os conheceu lá. Aí eles vieram da Argentina e se localizaram onde aqui?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aqui em Palhoça, na Terra Fraca de Palhoça.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Terra Fraca? É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso, Terra Fraca.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá. E aí foi comprada uma área para eles onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Lá em Imaruí de Laguna.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Imaruí?





**O SR. MILTON MOREIRA** - É, porque existiu um chamado gasoduto entre a Bolívia — gás boliviano —, e foi a primeira indenização que saiu para essas terras que foram sequestradas, porque os índios só tinham 4 hectares, e era morro. E, através da Dra. Analúcia Hartmann, fizeram um processo lá para receber uma indenização para comprar uma terrinha lá que eles precisavam.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Tá, mas deixe-me ver: terra sequestrada. Eu não entendi isso. Eles tinham 4 hectares...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Essa terra sequestrada tem 4 hectares, em Maciambu Pequeno...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em Palhoça?

**O SR. MILTON MOREIRA** - No Município de Palhoça também, mas lá para o sul.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - É porque foi sequestrada pela Justiça. Era de um traficante...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Isso. Aí eles utilizaram aquela terra para fazer outro assentamento em Maciambu, bem próximo do Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Aí, a Dra. Analúcia Hartmann conseguiu uma indenização por essa área que eles ocupavam? É isso? É por que lançou o gasoduto lá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, é porque eles precisavam de uma terra melhor. Então, nós — até eu, na época, e a Dra. Analúcia Hartmann — fomos falar com o Diretor, chamado de Walter Timura, que era um diretor do Gasoduto Bolívia/Brasil. Então, fizemos um documento que poderia fazer uma mitigatória para o bem desses índios, porque *“é uma terra ruim, não vale nada, porque estão aqui só por estar; nós queremos comprar uma terra melhorzinha para todos os índios saírem daqui”*. Isso ela fez. E foi através dessa indenização, no projeto que ela fez, que eles compraram uma arezinha lá em Imaruí de Laguna, mais lá para o sul, a 70 quilômetros daqui.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa época, tinha alguém ocupando ali o Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não tinha ninguém?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Então, agora, o que aconteceu?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Só uma pergunta: a Dra. Analúcia Hartmann sabia que não tinha ninguém em Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim! Foi... Tanto é que ela já sabia... Porque, primeiro, a família era pouca. O Seu Augusto da Silva só tinha a família dele, com seis famílias, ocupando aquele par de hectare.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ela sabia que eles eram da Argentina também?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, a gente falou. Eles próprios. Não sou eu que estou falando; eles mesmos disseram: "*Nós viemos pelo Rio Grande do Sul. Nós somos da Argentina*". Foi tudo declarado.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E eles estão lá, ainda, em Imaruí?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Estão. Estão tudo lá em Imaruí ainda.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. E sobre a área de Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Bom, aí, ficou desocupado 10 anos aquele Morro dos Cavalos. Então, através desses antropólogos, disse-se assim: "*Não, como eles vão ser mais, bastantes, vocês não podem abusar e não podem deixar esse Maciambú Pequeno. Vocês não têm parente aí no Rio Grande do Sul, Osório ou Santa Maria, lá para o Rio Grande do Sul?*" "*Não, temos.*" "*Então, vocês podem trazer, porque vocês não podem deixar essas terrinhas aqui.*"

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem disse isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foram os antropólogos que fomentaram na cabeça dos índios que ficavam ali.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Marina Slaviera?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quem mais?

**O SR. MILTON MOREIRA** - A Dra. Maria Dorothea, que ia lá para salvar mais, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o Aldo...

**O SR. MILTON MOREIRA** - E o Aldo Litaiff.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles estimularam a buscar as pessoas em outros lugares, é isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** – Hã, hã! Quem tem família ou não. E aí, os índios: *“Não, nós temos família no Rio Grande do Sul”*. Tanto é que eles trouxeram mais. Aí foi enchendo o Maciambú Pequeno. Aí, ficou pequeno — é de 4 hectares, porque é morro —, aí botaram um pouco no Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que ano isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foi de 1994 para 1995.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! Eram pessoas vindas de que lugar?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, vieram de vários lugares: vieram do Uruguai, da Argentina e principalmente do Paraguai.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum... Os antropólogos é que estimularam isso, não é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Porque eles não podem deixar um território deles assim. Eu acho que já tinha um projeto antigo disso aí já.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está. E a Dra. Analúcia sabia disso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sabe, sabe, porque ela sempre estava em contato com esses antropólogos, né, ela sempre apoiava... O crivo do projeto, o que eles faziam, os antropólogos...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual era o projeto?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, eles falavam que era o projeto Guarani, Território Guarani, né?





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que consistia o projeto Território Guarani?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Toda a Serra do Tabuleiro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Era transformar a Serra do Tabuleiro...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Em área indígena...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...em área indígena. E era só a Serra do Tabuleiro ou eles tinham ideia de ser maior?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, tinham ideia de ser maior. Eles pensam maior, né? Mas só que nós, indígenas mesmo, na verdade, a gente não pensa em nada disso. A gente quer ser amigo e respeitar os outros. Mas só que tem muita gente por trás desses negócios. Nós estamos aí como escudo. Eu acho que tem muita gente que não entende disso. Por isso que a gente arrumou muito inimigo, com os não-índios, lá no Morro dos Cavalos, lá em Araçatuba, em Praia de Fora e, principalmente, agora, lá no meu território — que era o meu território —, lá em Biguaçu. Botaram outro cacique. E foram lá, fomentaram de novo, para aumentar mais área ainda. Está uma briga danada também lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem foi lá fomentar?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Parece que eles começaram a demarcar de novo, fazer um laudo lá de novo. Foram esses antropólogos aí.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quais?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Parece que a Maria Dorothea Darella, que está sempre envolvida nessa...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Ladeira também?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Está sempre, porque ela é da ONG, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual ONG?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eu não sei. É da ONG de um...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É de uma ONG?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É de uma ONG.







**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! Então, daí, eles pediram agora uma ampliação lá nessa área...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso, isso. É por isso que estão arrumando muita confusão também.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eu estou vendo a descrição do senhor, com vários locais, e estou, assim, um pouco perdido. Eu não sei se o senhor teria condições de colocar para mim — para nós, né? —, com uma precisão maior, quais são as áreas hoje que estão ocupadas, os locais que têm ocupação indígena na região de Palhoça. Porque me parece que não é só o Morro dos Cavalos. Nós temos o Morro dos Cavalos, o senhor falou Maciambú, etc. Então, eu estou observando que nós temos, na verdade, uma pulverização — não é isso? — em vários pontos da região, em que nós estamos com essa ocupação indígena.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aqui dentro da Grande Florianópolis tem um, dois, três... Tem o Amâncio, que parece que já foi comprado também...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Amâncio?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, o Amâncio.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Está em que Município?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Está também na Grande Florianópolis aqui.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Mas é em Palhoça?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Biguaçu. Biguaçu.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Amâncio é em... É Ibiguaçu?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Biguaçu: “b”, “i”.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É Biguaçu. É um outro Município?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É vizinho à Palhoça?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É vizinho à Palhoça.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, tem uma área chamada Amâncio, que fica em Biguaçu?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Aí depois tem o Amâncio. Além desse Biguaçu, ali tem dois mais, e aqui para baixo nós temos o Morro do Cambirela.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Morro do Cambirela?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Cambirela.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tá. Qual é o Município?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aqui também de Palhoça.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Palhoça?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Aí depois tem a minha área, porque eu estou ocupando um lugarzinho lá também.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Qual é a sua área?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Praia de Fora.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Praia de Fora. Em Palhoça também?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Palhoça também. Depois vem o Morro dos Cavalos e o Maciambú Pequeno, que é um Município de Palhoça também.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Palhoça, Morro dos Cavalos...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E depois o senhor falou... Uma última o senhor falou: Praia de Fora, Morro dos Cavalos e...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Maciambú Pequeno.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Maciambú Pequeno.

Então, hoje, nessa região, nós temos essas cinco áreas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Aí, eu pergunto: cada área dessas deve ter um líder, um cacique, um capitão, algo assim, não é isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E em Biguaçu? Quem é que comanda lá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, é o Hyral. Hyral Moreira.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Hyrão?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Hyral: h-y-r-a-l.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Hyral Moreira?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isto.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É seu parente?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É meu enteado.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É seu enteado?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Eu criei ele.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Está certo. E no Morro do Cambirela?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Dona Etelvina.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Dona Etelvina?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Que é sua parenta também.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não é minha parenta.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Não é não?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Pensei que fosse.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Na Praia de Fora, quem comanda?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sou eu mesmo.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor mesmo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Milton.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - É onde o senhor está hoje, não é isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tá. No Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É o Teófilo, mas eu não sei o sobrenome dele, não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Teófilo Gonçalves?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ele é brasileiro?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, ele não é não. Ele está há uns 6 anos só aqui.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ele está só há uns 6 anos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E ele é de onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele mesmo falou que era da Argentina também.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tá. E Maciambú Pequeno?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Maciambú Pequeno, aí parece que é Marcos não se de quê. Mas ele é Marcos.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Marcos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Mas só que ele já é mestiço ao caingangue. A maioria que está lá para baixo já é mestiço a caingangue.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Lá para baixo que o senhor diz... Como assim?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Maciambú Pequeno.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Aqui a maioria é caingangue?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum! Maciambú Pequeno é caingangue.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quer dizer, não é só guarani que está vindo para cá, não?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Hã, hã!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Tá. Por enquanto...  
Desculpe-me por eu ter interrompido você, mas eu estava querendo me situar geograficamente.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sr. Milton...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ...quando é que começou, então, o pedido de demarcação? Como é que se deu o início da demarcação de Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foi em 1994 para 95. O estudo já foi feito isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é que fez o estudo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Aldo Litaiff e Maria Dorothea Darella, que eram os antropólogos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa época tinha alguém ocupando lá o Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Já tinha trazendo para cá já os índios lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem é que eles trouxeram para ocupar o Morro Dos cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - A maioria já saiu dali. A maioria. Os que estão ali agora é recente, não faz nem 3, 4 anos que eles estão ali.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Os ocupantes atuais são recentes?

**O SR. MILTON MOREIRA** - São recentes. Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E na época, o senhor lembra quem eram os ocupantes?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, era o Sr. Artur, na época. Antes de se mudar para a terra nova era o Sr. Artur... Artur da Silva.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Artur da Silva?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Guarani?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Guarani de que etnia?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Parece que é o Guarani Tambiopé, mas eu não sei muito bem, porque...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! E sabe de onde é que ele é?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim. Ele sabe, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, o senhor sabe de onde ele é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não! Eu encontrei ele em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, na área indígena.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum!

**O SR. MILTON MOREIRA** - É Benite o nome dele, Artur Benite: "b", "i".

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Benite?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele era de Tenente Portela, então?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Eu vi ele em Tenente Portela.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E aí, depois, ele apareceu por aqui e ocupou...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum! Em mil, novecentos e...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Noventa e quatro.

**O SR. MILTON MOREIRA** - ...noventa e quatro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe quem é que trouxe ele? Foram os antropólogos ou foi o pessoal da FUNAI?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ó, na verdade, eu não tenho esse tipo de conhecimento. Agora, do Seu Augusto da Silva, o primeiro, sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O Sr. Augusto foi o primeiro que trouxeram para o Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, foi aqui na Terra Fraca, de Palhoça.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Terra Fraca, de Palhoça.

**O SR. MILTON MOREIRA** - E daqui que levaram ele para Maciambú Pequeno. Era bem pouquinho, na época. Era só a família dele.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum! E o Sr. Benite, esse Sr. Artur Benite? Era pouca gente? Quantos eram?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Olhe, ele tinha umas seis famílias, mais ou menos, para sete, que vinham ocupar ali.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Que já não são as mesmas que estão ali?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Já não. Não, não. Não é a mesma.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, o Morro dos Cavalos, na sua concepção, não era área tradicional guarani?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Sempre a gente entrou numa discussão muito forte, através da Dra. Analúcia Hartmann, por causa disto: porque a gente sabe tudo da história, e a gente não pode negar. A gente tem que dizer a verdade. Eu acho que não é dizendo mentira que se vai ganhar alguma coisa ou vai ter credibilidade, né? Porque aconteceu, agora eu vou pular um pouquinho do que aconteceu ali no Morro dos Cavalos? Tudo bem. Aí, vieram pessoas como o Timóteo, vieram pessoas... A maioria da Argentina, né? Porque eu já conheci nas terras indígenas — nem era terra indígena —, na época do Anair, de Porto Alegre. Chegaram recém... Esse Timóteo, ele chegou em 1978 no Rio Grande do Sul, da Argentina, num lugar chamado Maquiné, no Rio Grande do Sul, próximo à Terra de Areia, quase na auto Free-Way, vindo para Porto Alegre. Então, eu já conhecia ele de lá. Então, o que é que aconteceu? Aí, fizeram um projeto, né, dizendo que queriam uma terra melhor para esses índios que estavam, os atuais, aqui, no Morro dos Cavalos, que vieram da Argentina. Tanto é que eles passaram, através da revista *Veja*, que eram índios paraguaios e tal. Tanto é que vocês ouviram ou não ouviram. O que a Analúcia fez? Eles fizeram um documento de que os índios precisavam de uma terra melhor, porque aquela ali era morro. E chamaram todos os caciques para fazer uma reunião, se aceitavam a compra de terras ou não: "*Terra nova para vocês plantarem e produzirem*". O que é que aconteceu? Fizeram um projeto de mitigatória: vinha uma indenização do DNER, Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, na época — e agora é o DNIT. Aí, esse DNER acabou. Vamos dizer que acabou, mas entrou o irmão dele, que é o DNIT. Aí passou esse documento e receberam uma indenização dizendo que esses índios eram meu parentesco, da família Moreira, que precisavam de compras de terra. Aí vieram 11 milhões de mitigatória, de uma indenização, para desocuparem esses índios todos





dali, porque era uma terra muito ruim. Aí, ela fez um documento disso. Tanto é que, hoje, o Seu Arthur, o Seu André, que morava na beira da faixa, ele recebeu. E foi comprado nas terras dessa aí: foi em Canelinha, em Tijuquinhas, Major Gercino, em que hoje o Sr. Arthur está lá, para desocupar tudo, porque ia passar um túnel e ia afetar não sei o quê. Inventaram uma porção de coisas: que ia ter uma invasão, que eles vão perturbar, que para os índios não presta aquela terra também. Então, ela fez tudo isso. Por isso, eles compraram essa terrinha hoje. E os índios que estavam ali primeiro foram todos embora.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor diz que foi uma mitigatória.

**O SR. MILTON MOREIRA** - É mitigatória.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É mitigatória ou é compensatória?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ou compensatória. Uma mitigatória, pedindo. Deve ser. Está mendigando, não é? Aí, mendigou. (*Risos.*)

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Isso era coordenado pela Dra. Analúcia?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso, pelos antropólogos que fizeram um documento. E era para sair tudo. Não era para ter mais índio ali. Essa que é a minha briga. Pô, usa o seu nome! E eu? Onde é que está o meu direito? Me diz por quê?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles usaram o seu nome e da sua família?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, da minha família, dizendo que era do meu parentesco. Sempre nós entramos em conflito com a Analúcia Hartmann por causa disso. Pô! Hoje, eu não tenho nada. Eu não tenho nada. Como é que eu vou? Os outros é que compram, você é que paga. Mas da onde? Então, isso tudo é essa confusão toda. E depois, última história — isso é para nós encerrarmos a história já: está tudo bem. O último a sair dali foi em 2008 para 2009. Foi o Sr. Artur a última compra, de 550 hectares, lá em Major Gercino. E botaram no jornal dizendo que os índios vão se mudar pela compra de terras novas, os índios não vão morar mais ali e tal. Aí, levaram esses índios. Só levaram o Sr. Artur! Aí, esses antropólogos foram lá, fomentaram na cabeça de novo: “*Oh, vocês não podem deixar esse território,*







*porque vocês não podem abandonar. Vocês têm que permanecer aqui*". Mas só que entrou o chamado CIMI, centro indigenista missionário da Igreja Católica. Entrou em contato com eles. Esse CIMI também é de Chapecó. Veio para cá agora. Tem um escritório aqui em Palhoça. *"Não podem abandonar."* O que eles fizeram?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem era do CIMI?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Era... Eu sei que é... Só o nome dele... O sobrenome é Briguenti, mas...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Briguenti?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É. Só o nome já está dizendo, o sobrenome. Mas eu não me... Poxa vida! Agora fugiu um pouquinho o primeiro nome. Aí, o que é que aconteceu? Fomentaram na cabeça dos índios que não podem deixar ali. E só tinha pouquinho índio. Eles pagaram um ônibus para ir lá para Chapecó, onde tem a área indígena Chapecozinho. Porque lá tem dois territórios, um de guarani e outro dos caingangue. Como um índio que morava aqui e foi para lá disse que o território era muito ruim, então, os índios de lá, os guaranizinhos, não quiseram vir nesse ônibus. Aí, esses que estavam fora trabalhando...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está, mas quem pagou o ônibus?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Parece que o CIMI.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum, hum...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Parece que o CIMI.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Quantos ônibus foram?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foram dois ônibus, eu acho. Aí, tudo bem. Chegando lá, os índios não quiseram vir — os índios verdadeiros —, porque já conheciam o território, que que era muito ruim. Aí, descobriram que tinha um mestiço trabalhando na colônia lá. Eles ajuntaram e botaram ali. Por isso é que hoje tem alguns mestiços por aqui. Aí, quando chegou as 8 horas da manhã, puseram numa encruzilhada e jogaram todos ali no Morro dos Cavalos. Tanto é que tem prova disso também: chama-se João José, que era o chefe do primeiro escritorzinho aqui de Palhoça.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Escritório do quê?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É da FUNAI aqui. Parece que é um... É um basezinho que tinham feito antes de ter agora a admin... Porque hoje tem a DRE aqui, mas só que a DRE aqui está há 1 ano e meio, 2 anos, eu acho.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Esse escritório não existe mais?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Não existe mais.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E o João José?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Agora, eu acho que ele é chefe lá do Paranaguá, lá em Paranaguá. Ele está na Ilha da Cotinga, comandando naquela região.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom, aí trouxeram esse indígena mestiço lá de Chapecó?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Uma pessoa só eles trouxeram?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Vieram seis famílias, que estavam morrendo até de fome. Tanto é que a gente foi chamado para ver o que aconteceu. *“Quem foi que trouxe vocês?” “Foi o CIMI. O pessoal do CIMI trouxe nós aqui e jogaram lá em cima.”* Nem era no Morro dos Cavalos. Já jogaram para cima lá.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Só para entender — Delegado Marcelo: o CIMI, então, pagou ônibus para pegar indígenas em Chapecó e trazer até o Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - O mestiço. Não era o indígena verdadeiro, porque os índios verdadeiros não vieram.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Perfeito.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aí, eles trouxeram essas pessoas e simplesmente largaram ali em Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que local?

**O SR. MILTON MOREIRA** - No Morro dos Cavalos, mas não onde está agora a aldeia atual, lá em cima, na mata mesmo, na Serra do Tabuleiro.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles largaram lá na serra?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E as pessoas estavam lá largadas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, largadas. Aí, teve um senhor que trabalhava na...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Você sabe o nome? Lembra do nome desses indígenas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eram da família... Os indígenas que estão lá... Ele já é falecido. Era chamado de Adão. É até evangélico. Ele também era mestiço. Só a família dele, a última — a última, não, no mês passado —, Eunice, chamada de Eunice, que foi dele, mestiça, que é evangélica. Ela veio também de Curitiba. Era uma confusão danada pra gente conversar aqui, porque um veio de lá, outro veio de cá, outro veio do Paraná. Aí se juntaram e quiseram fazer uma aldeia. Através daí, foram apoiados pela Dra. Analúcia Hartmann. É por isso que a briga foi grande e está sendo ainda, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Aí trouxeram o Sr. Adão e essas pessoas e ocuparam a área no mato. isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E quando é que saíram dali e estão ocupando a atual área ocupada?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Olha, já faz o quê? Porque foi começada em 2002.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. O que mais o senhor tem sobre essa ocupação ali, de que se lembra e que pode nos contar?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eu acho que, tudo isso, arrumamos um conflito, porque os índios verdadeiros que estavam ali não quis arrumar conflito. Quem arranhou conflito com esse pessoal atual foram as próprias pessoas que organizaram o não índio para fazer cobertura e dizer que o índio é culpado. Então, é isso que a gente não entende até hoje.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Então, me diz uma coisa: o senhor chegou a conhecer o Sr. Antônio e a D. Rosa, que ocuparam ali o Morro dos Cavalos? Ou eles são de Biguaçu?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Antônio e a D. Rosa?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São guaranis.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não me recordo desses nomes, não, porque...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A aldeia em Biguaçu o senhor não lembra?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Conheço. A minha área é menor. Hoje a maioria também é mestiça lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É? Então, me diz uma coisa: em determinado momento, eles começaram a utilizar o chá do Santo Daime ali?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, sim, porque foi bom! Na verdade, não é da nossa etnia. E essa história é muito longa, pra gente ver como começou e tal, porque eles começaram a entrar na área indígena. Na época, eu arranjei uma confusão porque eu disse que isso não era do nosso ritual, não era dos nossos costumes tribais. Então, eu arrumei muita confusão dizendo que, se o meu povo aceitasse, era problema dele. Mas eu não aceito. Na época, eu era cacique de Biguaçu. Então, eu disse. Por isso a gente arrumou uma confusão danada, porque eles aceitavam. Eles ofereciam dinheiro e faziam o ritual deles, o *temazcal*.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Eles quem?

**O SR. MILTON MOREIRA** - O pessoal do Santo Daime, o pessoal que estava envolvido lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Que não eram indígenas.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não eram indígenas.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E quem era esse pessoal?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Era o chamado Dr... Dizem que ele se passou de doutor, tanto é que parece que ele foi processado.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ele foi processado porque ele não era doutor. É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ele era brasileiro?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É, parece que ele era brasileiro, parece que ele era do Rio Grande do Sul.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É? E ele se dizia médico? É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele dizia que era médico. E, no final, ele foi processado. Tanto é que eles souberam. E depois que souberam, ele saiu fora. Disse que ia estudar e não apareceu mais.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Lembra o nome dele?

**O SR. MILTON MOREIRA** - No momento, eu não me lembro do nome dele.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Enfim, foi ele que ensinou a usar o ritual do...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, foi o primeiro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ele pagava, então, os indígenas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele chamava o pessoal lá e cobrava, que era para ajudar os índios, não sei o quê. Então, ele fazia esse ritual lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em quais aldeias?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Primeiro começou em Biguaçu.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em Biguaçu.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nessa época, não havia um casal de nome Antônio e Rosa que usava essas ervas lá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não? E o que os antropólogos diziam sobre o uso disso, do chá do Santo Daime ali?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, eu nunca ouvir um antropólogo dizer que era do ritual nosso. Nunca falaram pra mim. Pra mim, nunca ouvi falar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor conheceu uma antropóloga de nome Flávia Cristina de Mello?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eu conheço. Eu conheci quando ela andava junto com um... Era muito amiga dessa Maria Dorothea.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum! Então, ela se formou depois, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ela participava de todo esse processo? Ela participou dessa demarcação?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Naquela época, quando ela participava, era acadêmica, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ela sabia que os indígenas não eram daqui também?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim. Eu sempre falei. Tanto é que eles comiam na minha mesa lá, a Maria Dorothea e tal, os antropólogos. E eu dizia: *“Vocês estão fazendo errado isso aí. Um dia vai estourar. Seja 1 ano, 2 anos, 20 anos, 30 anos, alguém vai descobrir. Então, não precisa mentir”*.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E essa Flávia Mello participava dos rituais de Santo Daime?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, isso eu não posso dizer.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não sabe?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Mas ela tinha pleno conhecimento, assim como as demais, de que não era uma ocupação tradicional,...

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - ... que os indígenas não eram dali e que havia todo esse projeto de povoamento guarani aqui.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã! Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe se ela acabou participando da demarcação lá em Mato Preto depois?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, sim, eu ouvi dizer, porque esteve um guarani, 3 anos atrás, ali no meu território. Porque estava nessa briga aí. E não sei se já foi demarcado. Estavam em estudo ainda. Se foi demarcado, foi no ano passado, lá no Mato Preto. E esse cacique estava dizendo que já estava esse processo lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem era o cacique? *(Pausa.)* Cacique Joel?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o que ele disse?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ele disse que eles estavam numa briga lá, porque estavam querendo um território lá. Aí eu ainda perguntei: *“Quem é que estava lá?”* *“Ah, é a Flávia, a Maria Dorothea, que está fazendo. Bateu fotografia lá”*. Eu não conheço lá. Ele disse que tem uma ferrovia lá, cortando a estrada lá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ele lhe disse se lá era tradicional também ou não? Era o mesmo modelo de ocupação?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É o mesmo modelo. A maioria é o mesmo modelo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quer dizer, não há ocupação tradicional?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não. Parece que não. Não tenho conhecimento. É o que estou falando aqui.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k. Mas o senhor sabe se a Flávia saiu daqui de Biguaçu e ia para lá? Como é que funcionou isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, porque a maioria já não conversa mais comigo. Não sei se era... Porque ela é da região daqui. Ela se formou aqui.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor vê, assim, que há uma certa manipulação dessa questão por esse pessoal? Esse pessoal é da Universidade Federal de Santa Catarina?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, eles são do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E há um certo controle deles dessa questão da demarcação guarani?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim. Eu acho que sim, porque a gente não sabe, não é?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E esses antropólogos vêm ali falar com vocês, trabalhar?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Olha, depois que a gente começou a ver a história diferente, eles pouco aparecem. Mas só que eles aparecem mais nessa região aí de Imaruí e de Laguna, e aqui para cima, de Major Gercino. Eles aparecem lá. Agora, comigo, não, eles nunca mais conversaram.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem ocupa hoje ali a Morros dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ali? Os índios que vieram recém.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E eles são de que etnia, como o senhor disse?

**O SR. MILTON MOREIRA** - A maioria é chiripá.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Chiripá! Agora é chiripá.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Porque agora, pelo lado de cima e pelo lado de baixo, são índios mestiços.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Índios mestiços?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor fala de lá e cima e lá de baixo. Mas o senhor tinha me localizado cinco áreas. Qual é a área que o senhor chama de "lá de cima"?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, não. Eu estou dizendo que eles moram lá embaixo e que o de cima é o Morro dos Cavalos. Então...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O Morro dos Cavalos é o lá de cima?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.







**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E o lá de baixo é onde?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É o Maciambu Pequeno.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Então, Maciambu é o lá de baixo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Depois que o senhor se opôs à demarcação desse modelo que mentia ali, para dizer que era indígena, o senhor disse que não mais o pessoal da FUNAI conversa com o senhor. É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso, isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Os antropólogos também não?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E a Dra. Analúcia também não?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, também não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sofreu algum tipo de discriminação?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, sim, muitos, por eu dizer a verdade, né?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Por eu dizer a verdade, ela sempre, quantas vezes querendo me processar. E me chamaram na Polícia Federal, né? Quando a gente falava uma coisa, às vezes eles escreviam outra coisa. Então, invertiam por causa da procuradora.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor foi perseguido pela procuradora?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, sim. E eu ainda sou, né?.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ainda é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sou, porque eu não tenho nada, não tenho nenhuma terra para mim. E vieram 11 milhões e 800 mil em nosso nome, usando o nosso nome, dizendo que era uma terra indígena. Eu falei o contrário: eu disse que





nunca foi terra tradicional indígena, porque a gente apenas ocupou em 1964. Então, a gente não tem como dizer que era terra indígena, porque não tinha nenhum indígena aqui.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o senhor ocupava — o senhor já disse — com a concordância do proprietário. Não é?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso. Na época era com a concordância do...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor disse que foi chamado na Polícia Federal. O senhor foi, alguma vez, chamado a prestar declarações em inquérito policial na Polícia Federal, sobre esse assunto?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim. Eu sempre fui lá quando me chamaram, porque essa mestiça ficou 2 anos como cacique. Então, até eu quis voltar lá para a minha terrinha, porque estava abandonada lá. Eu voltei lá. Aí eu fiquei uns 6 meses ali. E os próprios índios mestiços fizeram uma maracutaia lá, através da Fundação Nacional do Índio — inclusive a FUNAI sabe disso —, e, no dia do feriadão, eles foram lá e me expulsaram com o meu povo, né? Então, quando eu vim à Polícia Federal aqui me queixar — naquela época, o Maurício era da ADR aqui da FUNAI —, eles me telefonaram dizendo: “*Não, esse pessoal só quer é confusão*”. Tanto é que ninguém aceitou nós fazer uma denúncia contra a FUNAI. A própria Polícia Federal fez isso com a gente.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Se o senhor for convidado para ir à Polícia Federal, o senhor vai à Polícia Federal prestar esclarecimentos normalmente?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, eu vou. Não tenha dúvida, porque a gente fala isso porque a gente está falando a verdade. Não está falando o que não aconteceu.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Perfeito.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Deixa ver se eu entendi. O senhor foi expulso da sua área de Biguaçu. É isso?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, do Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor voltou, então, para o Morro dos Cavalos, ocupou lá e aí foi expulso. Como é que o senhor foi expulso de lá?





**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã? Foi no ano de 2011.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em 2011?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hã, hã!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor foi expulso por quem?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Pelo povo lá do mestiço, dessa Eunice.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eunice? O pessoal da Eunice, com o apoio da FUNAI?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Com o apoio da FUNAI, junto com Analúcia Hartmann.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Como é o nome dessa cacique lá do Morro dos Cavalos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eunice. Eu não tenho o sobrenome. É Eunice.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - No Morro dos Cavalos, é a Eunice ou é o Teófilo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, é a Eunice. O Teófilo, faz o quê?. Não faz nem 1 mês que ele é cacique.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ah, tudo bem. Então, a Eunice era a cacique? E o Teófilo agora passou a ser o cacique.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum. Agora é guarani, agora é guarani puro.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Antes a Eunice é que era a cacique?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Era mestiça. Ela fez uma grande confusão em tudo. Não sei se agora também ela foi...

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Como é que o Teófilo foi escolhido cacique?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, os próprios guaranis. Ela mesma entregou o cargo, porque agora está arriscado, ela está com medo de que os não índios pegassem ela. E ele entrou o cargo porque ela não é índia também.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ela é mestiça?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum, hum. Ela que fez toda essa confusão.





**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Mas a maioria do Morro dos Cavalos hoje é mestiça ou é guarani?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É porque ela se dividiu, né? Quem vai daqui para o sul, no lado direito, hoje é só mestiço, e para o lado esquerdo, daqui para baixo, no sul, é só guarani agora no Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Guarani-chiripá?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Guarani-chiripá.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Na verdade, no Morro dos Cavalos existem dois grupos, então?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Há, há! Dois grupos: o dos mestiços e o guarani.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E o Teófilo comanda os dois grupos?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O Teófilo comanda os guaranis-chiripás.

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E quem comanda os mestiços?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É o Marcos, que é do Massiambu.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Ele comanda em Massiambu e comanda, em Morro dos Cavalos, esse grupo?

**O SR. MILTON MOREIRA** - É isso.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Está certo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor tem mais alguma informação para nos dar, Sr. Milton?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, eu acho que não tenho, não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Se o senhor, em algum momento, lembrar-se de alguma coisa, pode pedir a palavra de novo, que nós lhe concedemos.

Agora vamos ouvir a D. Suzana, por favor.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Eu não sei o que vou falar.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora podia nos contar como se envolveu nessa discussão sobre a demarcação de Morro dos Cavalos, por favor? Pode narrar para nós?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Está bom. Meu nome é Suzana. Eu cheguei à Enseada de Brito em 2004. Como eu passei no concurso, trabalho como titular do Cartório da Enseada de Brito, que tem a função de tabelionato de notas e registro civil. Em 2008, eu fiquei sabendo, através do Walter, que a área estava sendo demarcada — somente em 2008. E, quando eu fui buscar a informação com algumas pessoas da comunidade, se as pessoas tinham o conhecimento dessa demarcação — porque ela tramitava até então na FUNAI e, então, ninguém tinha conhecimento de nada —, eles me disseram que era coisa do Beto, que era só na propriedade, na região em que ele morava e tudo o mais, e que não tinha nada a ver com as outras pessoas. Só que eu tive acesso ao mapa da demarcação e vi que a área era muito extensa: era de 1.988 hectares e iria comprometer as cachoeiras que abasteciam a comunidade. Isso iria afetar diretamente toda a comunidade da Enseada de Brito, que é uma vila de 4 mil habitantes. Então, a partir daí, a minha preocupação foi grande, porque a comunidade é muito pequena e a área era... Todo o nosso entorno iria se transformar numa área indígena. E eu comecei a ficar muito preocupada com aquilo. E eu comecei, eu pedi, junto ao conselho comunitário local, para fazer uma reunião para explicar para as pessoas o que estava acontecendo. E, coincidentemente, 1 mês depois foi aprovada a portaria, foi assinada a portaria pelo então Ministro Tarso Genro, em 2009, em abril de 2009, declarando toda aquela terra indígena. Então, a nossa preocupação aí ficou maior ainda. As pessoas buscavam a informação, e eu não sabia dar a informação, porque eu não sabia nada de terra indígena. Então, eu comecei a buscar informação. Na época, eu estava fazendo uma pós-graduação e resolvi fazer a minha especialização sobre esse tema. Comecei a buscar informações, comecei a estudar o Decreto nº 1.775, de 1996, todos os trâmites que se levavam, para ver até que ponto iriam ser tomadas as propriedades daquelas pessoas — porque, afinal de contas, eram moradores pobres, eram maricultores, ali não existia nenhum latifundiário, eram todos pescadores, e pescadores artesanais, em torno de 60 famílias, que sempre moraram ali. Então, eu busquei. E quanto mais eu buscava informação, mais preocupada eu





ficava, porque eu via que nenhuma ação com relação à defesa da propriedade era julgada procedente. Todas as ações que eu via até então eram todas julgadas improcedentes, porque apresentar um título aquisitivo perante o indigenato não significava nada. Então, aquilo me deixou muito preocupada. Foi, então, que eu dei a ideia para o conselho comunitário de que nós tínhamos que entrar com uma ação popular, que era o único caminho em função do desperdício do dinheiro público, em função da duplicação da BR-101, porque havia já sido caracterizado um repasse de verba em relação ao Gasoduto Brasil-Bolívia e já havia sido repassado, em 2002, o repasse de 11 milhões de reais pela duplicação de Palhoça até Osório. E a terra indígena, no caso Morro dos Cavalos, estava contemplada nessa indenização. E havia também a questão dos túneis que estavam sendo prejudicados, porque não estavam conseguindo terminar a duplicação em função dos túneis, porque havia uma briga muito grande com o Ministério Público Federal para permitir que esses túneis fossem aprovados, que essa obra fosse aprovada. Bom, usamos, então, essa questão do gasto indevido do dinheiro público em função dessas indenizações indevidas, porque, se a terra não era indígena e todos sabiam que ela não era indígena, não haveria por que existir uma indenização ou essas medidas compensatórias. Então, nós chegamos à conclusão de que deveria haver uma ação popular nesse sentido. Essa ação surgiu e está tramitando até hoje — hoje ela está no Supremo Tribunal Federal. Aqui, em primeiro grau, ela foi julgada improcedente. Chegando ao Tribunal Regional Federal, como houve a interferência da FATMA nessa ação em razão do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, o Tribunal Regional Federal considerou que não era competência do juiz de primeiro grau, o juiz federal, julgar essa ação. O processo foi encaminhado, então, para o Supremo Tribunal Federal e provavelmente vai ser julgado junto com a ação do Estado sobre o mesmo teor.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora diz que todos sabiam que a área não era terra indígena tradicional. Por que a senhora afirma isso?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Como eu não sou natural da Enseada do Brito, eu conversei com muita gente. Eu visitei as comunidades. Eu fiz uma pesquisa muito profunda. E todas as pessoas idosas, todos me relatavam que





ali nunca tinha havido índio, que realmente a primeira família indígena a chegar à região tinha sido a família do Sr. Milton Moreira — o Sr. Júlio Moreira com os filhos, órfãos de mãe, que vieram sozinhos, sem a mãe — e que ela tinha chegado ali na década de 60. Então, isso para mim ficou claro. Eu não sou testemunha, porque eu não vivi ali nesse período, mas eu consegui, durante todo esse tempo, fazer bastantes pesquisas e vi que era assim mesmo. E o próprio processo da FUNAI, ao qual eu tive acesso — eu li todo o processo —, dizia isso, dizia que a primeira família era a família do Milton Moreira. Não existia outra. Quando eles deram entrada ao processo, em 1993, 1994 ou 1992 — agora eu não lembro —, eles se basearam num trabalho feito em 1975, quando a região estava sendo ocupada pela família do Milton Moreira.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora tem interesse nessa questão? A senhora tem alguma área que está atingida ou alguma coisa assim?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Não, não tenho nenhuma área atingida. A minha residência fica fora da área que está sendo demarcada.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E qual é o seu interesse, então, em participar desse processo?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Na verdade, o que aconteceu foi que eu acabei me envolvendo emocionalmente com as pessoas que estavam despreparadas para aquilo tudo, porque ninguém acreditava que, de uma hora para a outra, alguém iria chegar e dizer que aquela terra era indígena. Então, eles achavam que aquilo iria ser uma coisa fácil de resolver ou que, se fosse declarada indígena, eles iriam receber indenização pelas terras, pelas casas. O meu trabalho foi mais o de tentar explicar para as pessoas que tudo aquilo não iria ser fácil resolver, que iria ser uma coisa muito mais difícil, que nem num processo judicial talvez fosse possível resolver.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós ouvimos o depoimento do Sr. Milton Moreira em que ele narra a ocupação da área indígena. A senhora olhou o processo administrativo de demarcação?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Olhei.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora encontrou esses fatos que ele narrou registrados no processo administrativo, tudo o que ele nos disse aqui?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Não, não.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora pode nos narrar o que a senhora encontrou nesse processo?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - O primeiro documento que aparece no processo demarcatório é uma carta da ONG CTI, solicitando a abertura de um processo de demarcação no local. A carta é escrita apenas pela pessoa da ONG, que é a Maria Inês Ladeira — não há a assinatura de nenhum indígena, apenas a assinatura dela —, e relata que os indígenas da região estão exigindo a demarcação e tudo o mais. É assim que começa o processo demarcatório. Existem períodos em que o processo ficou muito parado e houve momentos em que ele foi bem mais acelerado, principalmente depois de 2002, porque, a princípio, a terra que estava sendo demarcada era de 121 hectares. Depois foi que ela aumentou para 1.988, quando ingressou a ONG CTI. A própria Maria Inês Ladeira, que foi quem começou o processo, veio fazer o laudo antropológico e aumentou a área.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora olhou esse processo administrativo. O que ele disse? Ele não registra os fatos que o Sr. Milton nos narrou. O que ele registra, afinal?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Ele fala da ocupação daqueles indígenas lá no começo. Já faz algum tempo que eu li, 6, 7 anos, mas, pelo que eu me lembro, é assim: registram bastante a família — várias vezes a existência da família do Milton. E eles fazem aquela classificação de mbyá e nhandeva, mbyá e nhandeva, mbyá e nhandeva. E aí aparece um laudo, depois, de Wagner de Oliveira, que foi, mais ou menos, em... Agora, eu não me recordo em que época que entrou o laudo do Wagner de Oliveira. Foi em 1996, se não me falha a memória. E aí, sim, ele relata que, recentemente, havia chegado, ao Morro dos Cavalos, um grupo com 30 indígenas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Está bem. Depois, como foram esses procedimentos nesse andamento? Como os atores







participavam — FUNAI, a senhora falou do CTI —, como essas pessoas participaram disso tudo?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - A FUNAI, até então, em 96, ela não agia assim do jeito que agiu depois de 2002. Os despachos do Diretor de Assuntos Fundiários lá da FUNAI eram despachos mais cautelosos. Assim: “*Manda para...*” Ele tornava o processo mais moroso, relatando com mais cuidado. Houve um momento mesmo em que um desses diretores disse que talvez não fosse caso de demarcação de terra indígena porque não... Ele chega a afirmar. Tem um trecho no processo em que ele chega a dizer isso, que a ocupação era recente e que, provavelmente, não seria caso de demarcação de terra indígena. Mas, depois de 2002, quando as ONGs entraram forte no processo, o processo tramitou bem rápido.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora fala em ONGs. Nós temos o CTI. Qual é a outra ONG que tem participação nisso?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Hã, hã! Principalmente a ONG CTI. Eu sei que há trabalho de ONG, e soube através do processo, porque eu comecei a pesquisar os nomes das pessoas que estavam relacionadas. Na abertura do processo, é claro, está escrito: CTI. A carta que abre o processo demarcatório é assinada pela CTI mesmo. Por Maria Inês Ladeira e, depois, no decorrer do processo, pelos nomes que aparecem ali em pesquisas que eu fiz na Internet e identifiquei que eles pertenciam a ONGs. Mas o principal é CTI. Há alguma coisa do CIMI, porque, por exemplo, na Enseada de Brito, há uma pessoa que eu sei que, informalmente, trabalha para o CIMI. E ele assinou uma das cartas que estava no processo, dizendo que a comunidade precisava da demarcação e tudo mais, e ele era um morador da Enseada de Brito. E eu sempre soube que ele pertencia ao CIMI.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o nome dele?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Padre Jacina. Ele é ex-padre, na verdade. Ele foi padre. Acredito que ele é formado em Antropologia, também.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Hum hum. Nesse período, a senhora teve contato com essas antropólogas?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Não, eu nunca tive nenhum contato com antropólogo.





**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora teve contato com a Dra. Analúcia Hartmann.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Os contatos que eu tive com ela foram só em reuniões em que nós estivemos. Eu participei de uma reunião com o Ministro da Justiça, aqui em Florianópolis, em que ela estava presente, duas vezes. Em duas reuniões que houve aqui, em Florianópolis, das quais eu participei. Uma ou duas. Eu acho que em Florianópolis, numa reunião em que ela estava presente. Deixa eu pensar... Houve mais um ou dois encontros — agora não lembro se foi na Assembleia, quando eu me encontrei com ela.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E o que ela manifestou? Ela chegou a conversar com a senhora, ou manifestou publicamente alguma coisa?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Ah, tá. E eu participei da inspeção judicial que houve no Morro dos Cavalos, em virtude da ação popular. Foi o contato mais direto que eu tive com a Dra. Analúcia. Não, a mim ela nunca fez nada, porque, assim, eu não sou líder comunitária. Mas a líder comunitária da nossa comunidade foi bastante atingida. Ela foi processada inclusive por ela.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o nome dela?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Vanessa Bechtold.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Como é o sobrenome?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Bechtold.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bechtold.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - É.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E ela foi processada pela Dra. Analúcia?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Ela foi processada pela Dra. Analúcia.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Por quê?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Devido às manifestações. Numa das manifestações que a comunidade fez, por algumas vezes. Uma vez houve o





fechamento de BR, outra vez a comunidade aproveitou as filas que eram feitas, que ocorriam ali no Morro dos Cavalos. Como a pista era muito estreita, e todos os finais de semana havia engarrafamentos de duas, três horas, a comunidade, às vezes, aproveitava essa fila para se manifestar, com bilhetes: *“Ó, você está parado na rua porque não tem duplicação, não tem duplicação por causa da área indígena ilegal”*. Então, a comunidade fazia esse tipo de manifesto nas filas no Morro dos Cavalos. E, numa dessas ocasiões, alguém colocou uma faixa dizendo que a Dra. Analúcia Hartmann era responsável pelas mortes da BR-101, porque ela não permitia a duplicação e nem a quarta pista. E aí, por essa faixa, ela disse que a Presidente do Conselho Comunitário foi omissa, e a processou. Ela teve que fazer acordo judicial.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora falou que ela foi acusada de ser responsável pelas mortes. Aconteceram muitas mortes lá?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Muitas mortes, muitas mortes.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora tem ideia de quantas?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Eu não tenho. Mas eu até poderia fazer um levantamento do...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Não, não, só de cabeça.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Mas eu acredito que umas... É assim, acidente no Morro dos Cavalos sempre teve. Mas, assim, muito próximo de ocorrer a quarta pista, a existência da quarta pista, o trânsito, o fluxo estava muito intenso e quase semanalmente tinha acidente ali. Então, pelo menos, duas vezes por mês havia mortes no Morro dos Cavalos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - São algumas dezenas, então.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - É, são algumas dezenas, pelos menos, umas 20, 30 pessoas morreram ali. E outra coisa que me chamou a atenção também: que o Milton falou que ele esteve na Justiça Federal, que esteve mais de uma vez, foi porque ele deu um depoimento em juízo. Esse mesmo depoimento que





ele deu aqui ele deu em juízo, num processo da ação popular. E, de alguma forma, quiseram leva-lo à Polícia Federal para desqualificar o seu testemunho em juízo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Quem quis levar?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Então, toda essa ameaça que ele sofreu... O que aconteceu? O Milton, quando ocupou o Morro dos Cavalos, antes de 1987, 1986, antes disso, na época que o pai dele foi para lá, a terra que ele estava ocupando não era bem a terra onde os índios estão hoje. Fica a um quilômetro, nem isso, quinhentos metros mais adiante, na curva do morro. E ele pensou o seguinte: *“Eu vou voltar para a minha terrinha, porque é um lugar que já está plano, que já está...”*. Estava pronto lá. Ele não estava se dando muito bem ali com a irmã dele e resolveu ir para lá. E ele foi. Só que quando ele chegou lá, ele ficou lá não lembro quanto tempo, poucos meses. E um dia resolveram arrancar ele de lá. E o colocaram dentro de um caminhão, eu não sei se foi um caminhão da FUNAI, foi um caminhão da FUNAI, eles o colocaram num caminhão da FUNAI e o largaram na frente da aldeia em que ele estava antes. E o levaram para a Polícia Federal. Isso foi logo depois do testemunho dele em juízo. E lá na Polícia Federal eles começaram a perguntar desde quando ele estava lá. E todo o testemunho dele na Justiça Federal foi conduzido pela Dra. Analúcia Hartmann.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Na Polícia Federal. Ela estava presente, e ela determinava as perguntas.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Só para entender. A Dra. Analúcia Hartmann era quem estava conduzindo as perguntas formuladas...

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Pelo delegado.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - ...dentro da Polícia Federal?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Dentro da Polícia Federal.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Tá. E foi feito um procedimento disso?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sim.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Um inquérito policial?





**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Hum hum.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Isso está materializado dentro do inquérito policial?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Está. Tem um inquérito policial disso.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Só para entender: esse inquérito, então, visava apurar possível prática de falso testemunho por parte dele?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Exatamente. Era para desconstituir. As perguntas eram feitas de forma que ele respondesse de forma diferente do que ele tinha feito em juízo. Isso foi muito próximo do depoimento dele em juízo. Foi questão de um mês, não é, Milton?

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O termo que o senhor prestou na Polícia Federal, a Procuradora Ana Hartmann assinou, ou ela só estava presente ali, fisicamente, fazendo as perguntas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, porque ela não assinou nada. Quem assinou fui eu, né?

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Sim, mas ela não assinou como testemunha do ato, nada, apesar de estar ali presente?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, parece que não assinou, não.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Mas ela estava presente, fazendo as perguntas?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Isso.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor foi denunciado na Justiça em razão deste procedimento?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Sim, por eu negar que nunca foi área indígena lá.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - E o senhor se lembra quem é que subscreveu essa denúncia contra o senhor?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Ah, sim, através dessa Eunice, dessa cacique, porque ela estava combinada junto com a Analúcia Hartmann, por eu negar que nunca foi área indígena. Eles queriam uma área indígena lá. Ela disse: “Ó, *fala, Eunice, que tu quer uma área indígena. Essa aqui sempre foi área indígena. O Milton está mentindo*”.





**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Mas o senhor foi à Justiça Federal alguma vez ou só à Polícia Federal?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Não, eu fui lá na Polícia Federal.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Só na Polícia Federal?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Hum hum.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Está ótimo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Pode continuar, Dona Suzana. Vamos lá!

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - No processo da ação popular teve o testemunho do Milton, teve o testemunho da Rosalina, uma pessoa muito importante também, que é irmã dele, que mora na Praia de Fora. A Rosalina é irmã do Milton. Ela saiu do Morro dos Cavalos também por volta de 1985, 1986. Ela é casada com um branco. O marido dela trabalhou a vida toda na Prefeitura, faleceu recentemente, faz uns 3 meses, e ela se fixou numa terra ali na região da Praia de Fora, só que é um lote. Ela mora num lote. Ela tem seis filhas, quatro delas residem com ela. E a Rosalina, por ser uma das pessoas que figuram nesse processo desde o começo, a vida toda recebeu muita visita do pessoal, de antropólogos, assim como o Milton. O Milton, meio que transitava, mas a Rosalina sempre esteve por ali. Ela sempre ficou na Praia de Fora. Recentemente, depois de muito tempo — porque tudo o que a Rosalina mais queria na vida era que fosse construída a casa dela —, foi disponibilizada uma verba, e provavelmente nos próximos meses, um mês, dois meses, vai ser construída uma casa para a família dela. Mas as casas estão sendo construídas ali mesmo nesse lote, com verba que já veio há bastante tempo, em virtude da indenização da BR também. Agora, outra situação chamou a atenção. Ali são aldeias muito próximas. Na verdade, o que aconteceu? Tem o Morro dos Cavalos e bem próximo do Morro dos Cavalos tem a Praia de Fora, que dá quatro quilômetros, que é onde está o Milton. Tudo do lado direito da BR no sentido sul/norte. E toda a área tem bastante vegetação. A Rosalina fica na Praia de Fora também, mais ou menos na mesma direção do Milton, só que do lado esquerdo, onde está a população, onde está a concentração de casas. Uma vez, conversando com um dos genros da Rosalina, chamou minha atenção. Ele disse o seguinte: que tinha aparecido ali um antropólogo. E eu tinha tido conhecimento que, em 2012,





realmente a FUNAI tinha designado um antropólogo para fazer um levantamento da Praia de Fora, porque até então era só o Morro dos Cavalos. Eles queriam ampliar para Praia de Fora para pegar todo o parque. E aí, nessa conversa que eu tive com eles, esse genro da Rosalina me disse que esse antropólogo esteve lá, que o nome era Carlos e que ele falou pra ele que ele podia escolher qualquer área que ele quisesse, desde que tivesse mato e cachoeira. Isso eu ouvi do genro da Rosalina, que é branco, é casado com uma das filhas dela. E que mais? Bom, é isso. E agora, recentemente, teve a questão do Cambirela. Porque depois da Praia de Fora vem o Cambierela, que fica a 1 quilômetro. Aí tem a aldeia do Cambierela, que é outra ocupaçãozinha. Nessa ocupação do Cambirela já houve a retirada, pelo DNIT, dessas pessoas dali, porque compraram uma outra terra que foi em... Onde foi, Milton?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Foi lá em Tijucas.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Em Tijucas. É. Então, o DNIT indenizou, e eles compraram uma terra em Tijucas e levaram aqueles indígenas do Cambirela para lá. Só que continuou uma ocupação do lado esquerdo da BR, sentido sul/norte. Essa ocupação estava ali. E eles precisavam receber, eles também estavam reivindicando as casas dessa indenização. Só que, ao invés de essas casas serem construídas onde eles estavam, elas foram construídas do lado direito da BR. É assim: do lado esquerdo tem ocupação — ocupação de não índios —, do lado direito não tem ocupação de não índios, é mais vegetação, são todos imóveis com matrículas e tudo o mais, mas não tem ocupação. Então, era mais viável para eles, que têm intenção de demarcar tudo, construir essa casa do lado direito do que do lado esquerdo, que era onde os índios estavam. O que aconteceu? O proprietário daquelas terras entrou na Justiça dizendo que a terra era dele. Ele já tinha dado graças a Deus quando aquele pessoal tinha saído, o DNIT tinha retirado aquela ocupação recente que estava ali. Então, ele entrou na Justiça alegando que aquela terra era dele. E a Dra. Analúcia Hartmann disse que... E a Prefeitura Municipal de Palhoça entrou na ação também dizendo que não tinham alvará, que construíram sem alvará. E a polícia ambiental também autuou porque tinham cortado as árvores. Mas o que eu fiquei sabendo hoje, através do Procurador do Município — eu tive uma conversa com ele hoje, não era sobre esse assunto, era





sobre outro —, ele confirmou uma coisa que eu já tinha lido nos jornais, mas como eu não confio em tudo o que eu leio no jornal, ele confirmou o seguinte: quando saiu a verba saiu determinado que, por localização de satélite, a área onde seriam construídas as casas seria do lado direito e não do lado esquerdo onde era propriedade dele. Aí ele disse que, no processo, a Dra. Analúcia diz que realmente deveria ter o alvará, mas que as casas eram para ser construídas lá mesmo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A Dra. Analúcia também interferiu nesse processo?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sim, esse processo está tramitando já Justiça Federal porque está se tratando de área indígena.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Mais alguma coisa que a senhora possa nos falar sobre essa demarcação?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Acredito que não, mas, assim, de tudo o que eu presenciei ali... Eu presenciei a retirada do Seu Artur Benite, que foi em 2009, que foi comprada a área de Major Gercino, ele foi levado pra lá. Então, o que eu não entendo é por que são compradas áreas para uma comunidade na ilusão de que eles estão indo pra um lugar melhor, porque ali, no Morro dos Cavalos, a área é terrível, como diz o Milton não dá pra plantar nada, não nasce nem bananeira, porque é pedra. O Morro é todo feito de pedra. Então, eles os tiraram dali, levaram para Major Gercino e mantiveram o pessoal ali para continuar reivindicando mais, mais e mais coisas e dar continuidade à demarcação. Parece uma coisa que não tem fim. E agora Praia de Fora... Então, mesmo com determinação do STF dizendo que não pode ampliar uma área já constituída, eles estão querendo criar uma nova área na Praia de Fora. É complicado. Eu acho que é uma batalha que está sendo bem difícil, sim. Mas era isso aí.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora é oficial tabeliã e também do registro civil. A senhora tem sido procurada para fazer registro de indígenas?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sim, diversas vezes.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora pode nos contar como isso tem acontecido?







**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Então, isso é uma preocupação. Até já andei... Não fiz nenhum questionamento formal ainda na Corregedoria sobre isso, mas é uma coisa que me preocupa bastante, porque, assim, para os não índios, nós precisamos de Declaração de Nascido Vivo, que é a chamada DNV, para fazer o registro de nascimento. Não podemos fazer registro de nascimento sem DNV. Se, por acaso, aparecer alguém que disser que nasceu em casa, nós temos que preencher uma DNV para, depois, efetuar o registro. Agora, por uma determinação, que não é uma lei, mas é uma... Eu não lembro agora a norma que nos diz isso, mas nós somos obrigados a registrar com a RANI. Não necessitamos mais da DNV. E o nosso Código de Normas absorveu essa norma. E o Código de Normas da Corregedoria aqui do nosso Estado absorveu essa norma, e está no nosso Código de Normas que nós podemos fazer o registro só com a RANI. O problema é que eu conversei já... tive uma conversa com o pessoal da FUNAI, e eles disseram para mim que eles não têm registro nenhum dos indígenas. Eles não têm livro dos indígenas. Não é igual a um cartório, que tem um livro ou uma sequência numérica e tudo o mais. Eles disseram que se... Ele mesmo disse: *“Não, isso é...”* Até a pessoa que falou pra mim, ele disse o seguinte: *“É até um problema pra nós, porque, quando alguém nos pede uma certidão, nós temos que dar a certidão, independente de ter livro, registro ou não. Nós certificamos que ele é filho de Fulano e de Sicrano, mas não existe um registro em livros. Então, como é que nós podemos confiar que aquela pessoa nasceu naquele lugar?”* Eu recebi, 4 anos atrás, um casal, com 60 anos de idade... Não foi há 4 anos. Acho que foi menos um pouco. Foi depois de uma lei que teve na época do Governo Lula que autorizou que nós fizéssemos o registro tardio. Agora nós podemos fazer o registro, a partir dos 12 anos, no cartório mesmo, sem precisar passar pelo Judiciário. Só encaminhamos para o Judiciário se nós tivermos muita dúvida a respeito do registro. E eu recebi um casal que eu suspeitei que eles fossem indígenas, que eles fossem argentinos, porque eles tinham 60 anos, e eles eram irmãos do ex-cacique ali do Morro dos Cavalos, o Artur Benite, que eu sempre ouvi falar que também era argentino. Então, quando eu os recebi, eu fiquei... Então, eu pedi uma série de documentos e tal. E depois eles nunca mais voltaram para registrar. Ainda bem, porque ia ser um problema com o qual eu ia ter que me deparar e eu não ia saber o que fazer.





Provavelmente seria um caso que eu mandaria para o juiz, mas que não tem embasamento legal para negar o registro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então a senhora recebeu... Eles chegaram lá com a certidão do RANI?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Nesse caso, eles nem tinham a certidão da RANI ainda, não. Eles vieram para ser registrados, sem nada. Normalmente... Hoje, eles já são mais orientados, já sabem que têm que ter RANI. Mas, naquela ocasião, eles vieram sem nada. Eles vieram pedir para ser registrados, com 60 anos.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E a senhora tem recebido adultos se dizendo indígenas com RANI?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sim, só que, até hoje, eu só fiz... A pessoa mais velha que eu registrei tinha 20 anos, era uma mãe que precisava registrar uma filha. E, para fazer o registro da filha, ela tinha que ser registrada primeiro. Então, eu notei que era uma necessidade assim... Analisei o caso e vi que era uma necessidade. E eles declararam, com testemunha, que ela tinha nascido, e ela tinha idade para ser nascida ali. Não tinha como ter certeza. Então, eu vi que era um caso que sim. Até hoje, só essa de 20 anos. Depois, só crianças mesmo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Com a sua experiência, a senhora acha, então, que só com a apresentação dessa certidão, que não tem base nenhuma, essas pessoas poderiam solicitar aposentadoria, outros benefícios ou coisa assim?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Não, imagine se ele fosse um argentino mesmo. Eu estaria legitimando... Ele passaria a ser um brasileiro nato, poderia até ser Presidente da República, por causa de um registro civil. Imagine a situação.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Inclusive apagando todo o passado eventual.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Todo o passado. Pode ser um bandido que foi registrado diversas vezes, em vários registros. Do que eu preciso hoje para fazer um registro? O que eu exijo para fazer o registro? Uma certidão do cartório. Eles apresentam a RANI, dizendo que nasceu, por exemplo, em Tenente





Portela. Tá? Na RANI, está dito que ele nasceu em Tenente Portela. Mas essa RANI foi emitida em Palhoça. Como é que eu vou saber se ele realmente nasceu em Tenente Portela? Aí, eu peço uma certidão do cartório de Tenente Portela para me dizer que ele não está registrado lá. Aí chega essa certidão, e eu sou obrigada a efetuar o registro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora é Oficial do Registro Público. A senhora tem que obedecer a todo um regramento do registro público para fazer os seus registros.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Hã-hã!

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A senhora, como profissional do registro público, o que acha desse modelo?

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Eu acho muito perigoso, muito perigoso, porque, uma criança, por exemplo, que nasce... uma criança que vai ser registrada... Ela apresenta uma DNV, que é um documento emitido por um médico, que atesta que aquela criança é filha daquela pessoa mesmo. Está ali, dizendo a idade da mãe. Está todo o certificado direitinho. Não se faz registro sem isso, a não ser que a mãe... que a criança tenha nascido em casa e que venham várias testemunhas e reafirmem que ela nasceu em casa, e aí o próprio registrador pode fazer o registro. Mas isso... tem que ter muito cuidado. O nosso Código de Normas, então, manda que, nesse caso, quando a gente faz o registro da criança que nasceu em casa, a gente ainda encaminha para o Conselho Tutelar, para ele averiguar se realmente aquela criança nasceu em casa. No caso do indígena, não, não existe cuidado nenhum! Como é que eu posso confiar numa RANI? Não tenho como confiar numa RANI se não existe um livro? Como um funcionário da FUNAI dá uma certidão de RANI de uma pessoa que nasceu lá em Tenente Portela se ele não tem o registro dela em mãos? Porque, para fazer uma certidão, a gente tem que ver o registro, ver o livro. Se ele não tem o livro, como é que ele pode dar uma certidão? E, diante da certidão, o oficial registrador civil é obrigado a registrar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O.k.

Agradeço à D. Suzana. Se, eventualmente, quiser se manifestar de novo, peça a palavra que nós a concedemos.





Estamos recebendo aqui o Prof. Walter Alberto Sá Bensousan, que também vai ser ouvido. Peço que o senhor diga o seu nome para se identificar a voz, para ficar nos registros.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - O meu nome é Walter Alberto Sá Bensousan.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Walter, você pode nos narrar o seu envolvimento nesse processo todo de demarcação no Morro dos Cavalos?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Sim. Eu acho que sou a pessoa mais próxima e mais íntima de todos os fatos que ocorreram no Morro dos Cavalos, desde a minha chegada àquela região, em 1984. Então, eu acompanhei toda a movimentação que aconteceu pré-chegada dos indígenas da Argentina e do Paraguai, que foi em 1994. E também posteriormente a essa chegada, eu me dediquei a um estudo profundo das questões antropológicas, onde fiz buscas nas universidades do Rio Grande do Sul, na Universidade Federal de Santa Catarina. Estive também no Paraná. Então, eu tenho uma ligação direta porque a região pontual do início de todo esse movimento de ocupação pertence a uma propriedade que tenho. É uma região de Área de Preservação Permanente. Portanto, é uma sobreposição de área, porque também está inserida dentro do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. E, até 1994, eu tratava dessa região como sendo uma área de preservação permanente. Ela assim era. Tanto é que, em 1991, quando não havia nenhum indígena mais no Morro dos Cavalos, uma vez que a família do Sr. Milton saiu do Morro dos Cavalos em 1986, se não me engano, 86, 87, no ano de 2001, eu recorri ao Promotor da Comarca de Palhoça, o Dr. Antônio Carlos Brasil Pinto, para que ele tomasse uma providência naquela região pontual, naquele centro dessa ocupação indígena, porque ela estava sendo invadida por algumas pessoas que estavam retirando barro para aterro e madeira. Eu cuidava daquela região — são 84 hectares —, uma região escarpada, topograficamente muito acidentada. E eu recorri a esse Promotor, que, na ocasião, instaurou um processo, uma ação civil pública ambiental, para fazer uma busca e responsabilizar aqueles que estavam causando danos à região. É interessante que essa ação civil pública aconteceu quando não havia indígena na região. Estou falando de 1991, 1992, 1993. E nessa ação foi feita





uma perícia, com fotografias. E essas fotografias mostram que não há ocupação indígena. Esse é um documento oficial. Estamos falando de 91, 92 e 93. A única família era a do Sr. Milton Moreira, que chegou à região. Eu conheci o pai do Sr. Milton Moreira, mas que saiu em 86, 87.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor tem o número dessa ação judicial.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Eu tenho, mas está num dos meus arquivos dentro do computador. Eu sei que essa ação tramitou até recentemente. Depois, ela foi arquivada pela Dra. Ana Lúcia Hartmann.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Pela Justiça Federal essa ação?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Não, essa ação foi uma ação estadual, foi uma ação da Comarca de Palhoça. É uma ação referente ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. É uma ação civil pública.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Sim, mas como a Dra. Ana Lúcia, que é Procuradora Federal, arquivou isso?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Porque essa ação... Foi passando o tempo, 91, 92... Em 2016, 2014, se não me engano, ela andou arquivando isso. Essa ação acabou entrando nesse escopo todo de um determinado local, de onde passou para uma esfera federal e acabou indo parar na mão...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Foi deslocamento de competência, então.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Isso, exatamente, exatamente. Eu acho muito importante eu fazer uma citação agora que talvez a gente vai ter que usar futuramente: como eu iniciei toda a parte documental nesse fio da meada, eu iniciei através, então, dessa ação civil pública na Comarca de Palhoça, na esfera estadual. Ali começou a se formatar um conjunto de documentos dessa época, do início dessa ocupação. Esse conjunto de documentos tramitou na esfera estadual e, depois, ele foi enviado para o Ministério Público Federal na forma de um dossiê. Esse dossiê, na realidade, era uma juntada de memorandos que se iniciou desde essa ação civil pública estadual e, aí, foi crescendo até que essa questão tomasse uma conotação exclusiva federal. Portanto, esse conjunto de





documentos passou a ganhar volume no momento em que ele foi para o Ministério Público Federal. Como eu iniciei isso, eu quis ter acesso a esses documentos de novo. E, com muita insistência, quando o Dr. Walmor era o Chefe da Procuradoria da República, aqui em Florianópolis, eu consegui que ele me entregasse esse dossiê de documentos. É muito importante vocês terem acesso e lerem como aconteceram as trocas e as informações de todo esse início. Ele me cedeu, ele me entregou oficialmente esse conjunto de documentos, depois de 6 meses de eu, intensamente, tentar isso junto a ele. É importante deixar isso aí guardado. O que aconteceu? Após essa ação civil pública, que não teve efeito, fui acompanhando essa movimentação dessa ocupação, que começou em 1994 no Morro dos Cavalos. O Morro vazio desde 86. De repente, eu chego de manhã, e tem indígenas ali. Eu fui ao encontro deles, se disseram argentinos, vindo da Argentina, mas, na realidade, seus pais já vinham do Paraguai. E eu procurei, então, o Ministério Público Federal, nessa época, e conversei com a Dra. Analúcia Hartmann. Fui uma vez, isso em 1994, fui duas vezes. Ela disse: *“Poxa, vamos fazer uma inspeção lá no Morro dos Cavalos”*. Fomos a uma inspeção no Morro dos Cavalos. Eu tenho a fotografia no jornal dessa inspeção, em 1995, se não me engano. Estava presente um Promotor de Justiça do Estado de Santa Catarina. Eu tenho o nome dele, tenho a foto, mas não me recordo o nome agora. A foto dele está ali. Na minha presença e na presença dele, em 1994, a Dra. Analucia Hartmann disse as seguintes palavras: *“Olha, seria um absurdo eu querer que os indígenas ficassem aqui. Eles vão ficar provisoriamente; nós vamos ter que tirá-los daqui”*. Esse promotor escutou e, se for arguido, ele vai concordar com isso. Nós temos que localizá-lo. Eu tenho essa fotografia dele. Eu não consigo me lembrar do nome agora. Fui uma vez, duas vezes, com a Dra. Analucia Hartmann, levar comida para os indígenas. Fui abrigá-los naquela região, que era minha propriedade, mas eu a tinha como área pública. Era minha convicção de que era uma área pública, era uma área de preservação permanente. Eu tinha as minhas convicções ambientais. Eu tinha trinta e poucos anos, em 1994. De uma hora para outra, em uma dessas minhas visitas, A Dra. Analucia Hartmann disse: *“Alberto, o senhor procura um advogado porque agora nós vamos fazer daquilo uma reserva indígena”*. Falei: *“Mas como, doutora? Não pode, ali não tem condição, é na beira da BR”*. Em 1994, já se discutia a duplicação da BR-





101. *“Ali vai ser uma duplicação da BR. Ali é uma área de preservação permanente. Ali não tem condições”. “O senhor procura um advogado.”* Foi a última conversa que eu tive com a Dra. Analucia Hartmann. Do apreço que eu tinha por ela — nós conversávamos; eu a conheci quando ela começou a exercer o cargo de Procuradora da República, na década de 90, em 1994. Foram eventos que ocorreram concomitantes, como a ocupação do Morro dos Cavalos. Eu conheci um pouquinho antes a Dra. Lúcia Hatmann, em movimentos ambientais, era o MEL — Movimento Ecológico Livre, onde ela esteve conversando, numa reunião. Ao mesmo tempo, em 1994, ela veio para Santa Catarina proveniente de Chapecó. Coincidentemente, em 1994, os índios vêm de Chapecó e se instalam no Morro dos Cavalos. Esse foi o meu primeiro contato com a Dra. Analucia Hartmann. A partir de então, eu comecei a fazer um estudo bem aprofundado — eu varri a Universidade Federal de Santa Catarina —, para procurar entender essa questão da demografia, da distribuição populacional das populações autóctones da nossa América do Sul. Eu tenho uma experiência — eu vou um pouquinho mais atrás —, eu me criei na fronteira do Brasil com o Paraguai enquanto menino. Dos 8 anos até meus 18 anos, eu morei na fronteira e visitava fazendas no interior do Paraguai com indígenas guaranis. Então, a minha relação com os indígenas guaranis vem lá dos meus 8 anos de idade, lá no Paraguai. Depois eu volto a encontrá-los aqui, décadas e décadas depois. Então, eu sabia o que estava acontecendo. Eu sabia que eles eram do Paraguai, porque eu os conheci lá. Eu falava alguma coisa em guarani inclusive. Eu os encontro, em 1994, de novo, no Morro dos Cavalos. Aprofundei-me nos estudos. Descobri algumas coisas pífias a respeito de citações guaranis, dentro do Estado de Santa Catarina, escritas pelas autoridades de Santa Catarina em Antropologia. Nós tínhamos um chamado Sílvio Coelho dos Santos. É interessante que havia alguns trabalhos, algumas folhas, alguns relatórios desse antropólogo. Ele citou, em 1975, que esteve no Morro dos Cavalos e que conheceu uma família de indígena. Essas famílias de indígenas que ele conheceu eram provenientes do Paraguai. Está escrito textualmente essa informação bibliográfica por esse senhor, por esse antropólogo. Eu continuei pesquisando. Procurei os historiadores aqui de Santa Catarina — Jamundá, Boiteux, enfim, e tantos outros —, e não havia citação sobre questões de presença de guaranis em Santa Catarina. Então, a questão é





muito simples, senhores: existe um marco divisório: de 1994 para trás, há 500 anos de história, e a população guarani é habitante do Paraguai. Inclusive, eu leio livros confiáveis. De 1994 para cá a história muda. É quando os índios ocupam o Morro dos Cavalos. Então, passa-se a crer — e nós vamos falar depois do processo demarcatório — que eles estão ali desde 1500, como o processo demarcatório cita. O que eu quero dizer? Não há informação científica antes de 1994 que cite a presença de indígena guarani no Morro dos Cavalos ou dentro do território brasileiro.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E a família do Sr. Moreira?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - A família do Sr. Moreira, segundo o Sr. Júlio Moreira... Eu o conheci ainda vivo. Ele morreu em 1978 e está enterrado no Cemitério do Itacorubi. No Morro dos Cavalos não havia nenhum corpo indígena enterrado até recentemente, quando enterraram um, que foi atropelado, para simular um cemitério lá dentro. Eu conheci a família do Sr. Júlio Moreira em 1984, quando eu cheguei à região. Conversava com ele, brincava, falando algumas coisas em guarani, e ele dizia como veio para cá do Paraguai. Ele veio caminhando pelas estradas, acompanhando o asfaltamento da BR-101, na década de 60. Por coincidência — e vejam por que é tão importante o Morro dos Cavalos —, entre 1960 e 1969, a BR-101, vindo do norte, e a BR-101, vindo do sul, encontraram-se para ser terminadas no topo do Morro dos Cavalos, e o Sr. Júlio Moreira, que vinha acompanhando as máquinas de Biguaçu para cá — e ganhando comida —, acabou ficando onde terminou a obra no Morro dos Cavalos. Ali eles ficaram um tempo, e ele falava com os olhos cheios de felicidade de quando ele ganhava uma panela de feijão das pessoas que construíam a BR-101, porque ele cuidava das máquinas ali no Morro dos Cavalos. Esse foi o meu contato com o Sr. Júlio Moreira. Conheci este rapaz, que era novo. Conheci as irmãs dele, todas — perdão, Milton — prostituídas desde criança. Nós vamos falar depois sobre isso, vamos falar de assuntos mais graves do que isso. O Sr. Júlio Moreira as oferecia, algumas, para os caminhoneiros. Isso é verdade. Era assim que eles sobreviviam. Crianças de 12 anos, 13 anos já viviam nessa situação. Viviam numa penúria, abandonados. Não havia FUNAI, não havia nada aqui nesta terra em 1984, 1985, 1986, 1987. Não havia nada aqui. Eles viviam totalmente abandonados. Eles viviam da ajuda dos moradores da Enseada







do Brito. Eles viviam transitando pela vila da Enseada do Brito, ganhando comida, ganhando isso, ganhando aquilo. Era assim que eles sobreviviam. Eles eram abandonados, não existiam. Acontece que há agora outro ponto importante nessa questão toda: o Projeto Guarani, que começa antes de 1988. Nós temos registros oficiais em que a Maria Inês Ladeira, dona da ONG CTI, cita o Projeto Guarani como uma atividade financiada pela GTZ, em 1984, agência de fomento alemã, que, inclusive, esteve recentemente no Brasil descarregando uma importância grande de euros para questões ambientais — se não me engano, 500 milhões de euros. Essa agência iria financiar, então, o Projeto Guarani, que faria a regularização de aldeias indígenas em Santa Catarina. Isso em 1988, senhores. Só que em 1988 nós não tínhamos indígenas na costa de Santa Catarina, exceto a família deste rapaz aqui, que já não era conhecida como de indígenas. A irmã é casada com um branco, as outras irmãs, hoje, trabalham numa farmácia, as sobrinhas trabalham em farmácia, as outras irmãs estão perambulando, morando aqui, morando lá, trabalhando de doméstica. Era essa a presença guarani na costa. Eram eles. Então, é interessante que o Projeto Guarani, conforme citação que nós temos, surge em 1988, dizendo que ia demarcar terras para indígenas, que ia se dedicar a Santa Catarina. Aqui surge um ator importante: o primeiro documento dito científico para embasar toda uma tese de ocupação guarani na costa de Santa Catarina. Até então nós temos 500 anos de memória. Indígenas guaranis são indígenas do Paraguai. Os nossos indígenas basicamente seriam os kaingang, na fronteira oeste, que vieram subindo para cá; nós tínhamos uma faixa de xokleng; e, caindo para o litoral, nós tínhamos os índios conhecidos como índios náuticos, os índios da costa, os índios carijós, amistosos, muito bem nutridos, que viviam do mar, que viviam em... Depois, começaram seus escambos com os exploradores. Portanto, foram os primeiros índios que sucumbiram às doenças europeias, importadas para cá. E foram os primeiros indígenas a sofrer tentativa de escravidão, principalmente na costa de Santa Catarina. Há relato sobre isso. Foram levados aos milhares para São Paulo para as plantações de café e lá morreram. Sucumbiram nas plantações de cana-de-açúcar também. Enfim, acabaram morrendo. Agora, o Projeto Guarani surge em 88. É interessante que surge aqui o Sr. Aldo Litaiff. Até então, nós não tínhamos uma tese, um trabalho científico em âmbito de mestrado, doutorado, um livro, dizendo





que populações guaranis compõem os nossos grupos silvícolas autóctones. Não havia isso. Então, o Sr. Aldo Litaiff vai para o Canadá e faz um trabalho científico chamado *Ritos e Mitos das Populações da Costa de Santa Catarina*. Mas como, se não havia indígena? Como é que ele fez esse trabalho? Simples. Ele estava pela Universidade Federal de Santa Catarina, indo ao Canadá. Ele pegou populações indígenas que migraram recentemente para Bracuí, no Rio de Janeiro, se não me engano. E, através das populações de lá, fez a tese de doutorado dele. E vem para cá como autoridade de indígena guarani mbya em Santa Catarina. Não havia indígena guarani mbya em Santa Catarina, e a tese dele foi feita com indígenas lá de São Paulo. Esse documento começa a ser o primeiro tijolo com conotação científica para se construir todo o entendimento que a população guarani pertence à costa de Santa Catarina. Depois, vou dizer quais são os outros que complementam esse embasamento teórico para os fraudadores dessa tese antropológica que está na universidade federal. Eu acho que também é importante citar outra questão nessa documentação que diz respeito a um livro do Prof. Jamundá, que alertou, em 89... Ele acompanhou isso, mas já faleceu. O livro chama-se *Os Carijós lá nas Raízes*. Ele pediu que se fizesse um estudo rápido sobre os carijós. Não havia um estudo completo sobre os povos que ocupavam a costa catarinense. Havia uma lacuna. Isso era perigoso para uma ocupação, então, dessa lacuna por qualquer outro povo. Ele pediu que se estudassem esses povos nossos que habitavam a nossa costa, que chegavam a 200 mil. Então, esse livro é muito importante. Um detalhe, outra coisa que é importante, senhores, é a questão do guarani. Guarani é um termo criado pelos padres jesuítas. Guarani não diz respeito a uma tribo indígena. Guarani diz respeito a uma língua falada. Então, povos guaranis podem habitar a Bolívia, podem habitar o interior, o norte, o sul do Paraguai, podem até ter marcado alguma presença pelo lado argentino, talvez bordeando também o Uruguai. Há citações sobre isso. Mas são povos que falavam dialetos diferentes, que guerreavam entre si e não se chamavam entre eles de guaranis. Eles se chamavam de nhandevas, de mbyas, de paí tavyterã, de avás, qualquer nome que não fosse guarani. Acha-se que o termo não é nem guarani, e sim karani. Foi um termo criado pelos jesuítas. Trata-se de uma classificação linguística. Assim como nós pertencemos a um tronco linguístico e falamos o português, não quer dizer que o





angolano tem direito a terras no Brasil porque ele fala português. É um povo diferente da gente. Então, o fato de ele ser um guarani não significa que ele habita o Brasil, porque aqui nós temos um time de futebol chamado Guarani. Primeiro, a divisão indígena era feita da seguinte forma: ao norte da Cananéia, eram os tupis; ao sul, todos eram chamados de guaranis. Todos os índios eram chamados de guaranis ao sul da Cananéia. Ao norte, todos eram tupis. Depois, foi se descobrindo que nesse contexto todo existiam populações muito diversas, que falavam que pertenciam a troncos diferentes. Então, é importante entender que guarani não é um nome. Essa é uma deturpação que até hoje foi utilizada e não foi esclarecida pelos antropólogos que usam o termo guarani para definir qualquer índio que vivia no sul do Brasil. Então, eu acho que é importante citar esse tipo de coisa. Bom, eu fui fazendo esses estudos, fui protocolando, senhores, em todas as instâncias. Eu tenho mais de 60 protocolos. Fui apresentando os estudos, fui recorrendo a tudo onde eu podia: ao Executivo, ao Legislativo, ao Judiciário. Estive na Polícia Federal, onde eu larguei uma quantidade muito grande de documentos. E até o ano de 2002, quando foram conhecidos os trabalhos do processo demarcatório, quando assume o Lula, pela primeira vez, o trabalho é reconhecido. Aí, então, todas essas pessoas que eu havia contatado começaram a se preocupar com essa questão e viram que já não era mais só o Morro dos Cavalos. O primeiro ponto é o Morro dos Cavalos, mas aí já viram que já existia em Biguaçu, já existia em Imaruí, já existia em diversos pontos, e já, aqui do Morro dos Cavalos, muitos foram mandados para Curitiba. O Morro dos Cavalos foi a vertente de onde surge a entrada, a porta de entrada para serem destruídos, inclusive, para o Rio Grande do Sul, também. Houve um trânsito do Morro dos Cavalos para o Rio Grande do Sul também. Então, nessa época, no ano de 2002, era de se prever que toda essa retórica em cima de questões indígenas era intocável. Todos os políticos com quem eu conversei... Eu estive conversando com... Nós marcamos, uma vez, um encontro com o Ministro Márcio Thomaz Bastos, no qual estive comigo o Promotor de Justiça José Eduardo Cardoso, da Comarca da Palhoça. Fomos conversar com o Sr. Márcio Thomaz Bastos para alertá-lo do que estava acontecendo. A grande questão que eu estava verificando nisso, e vocês vão me perguntar qual é o meu interesse... Eu tenho uma formação superior. Eu trabalhei na área de Oceanografia com pesquisas e fiquei





chocado com a falta de ética científica, com o desrespeito às questões fundamentais da memória histórica. Eu acho que um povo minimamente culto, num País que tenha minimamente a intenção de ser um País civilizado, tem que respeitar a sua memória histórica. Eu vi que estava havendo uma deturpação completa na nossa história, um encaixe com povos que vinham de uma outra região, chegavam aqui com uma cuia de chimarrão, bebida habitual do índio guarani, erva chamada *Ilex paraguariensis*, e muitos eram proibidos de tomar essa erva, porque...“*Ô, mas na costa! O índio carijó não tomava chimarrão! Como é que vocês vão tomar chimarrão aqui?*” Então, esses índios foram trazidos para cá com a intenção, com a informação em cima deles de que deviam renegar a cultura de origem e assumir a cultura do povo carijó. Isso aí é um crime internacional. Isso é um crime sem precedentes na antropologia. Populações ingênuas, frágeis, retiradas do Paraguai... E olhem, senhores, há relatos, há informações de trabalhos de japoneses, em revistas japonesas, que já citavam o problema da ocupação de terras no Paraguai e a expulsão dos indígenas para dentro daquela província de Misiones, na Argentina, e principalmente pelos nossos colonos brasileiros, os “brasiguaios”, que têm uma força política muito grande, muito maior do que a dos nossos representantes de Santa Catarina lá em Brasília. Por isso, era conveniente ficar quieto, para esses grandes produtores do Paraguai expulsarem esses indígenas para cá. Há um trabalho científico sobre isso, feito na universidade de Santo Ângelo, a respeito de populações mbyá guarani — história e significação migratória. É muito interessante, e comenta sobre todos esses movimentos. Então, por que me interessou isso? Mas puxa vida! Veio população para cá, miseráveis, que eu conheci com 8 anos, pessoas indígenas, mesmo... Havia indígenas que não falavam espanhol aqui. Eu conheci. Não falavam espanhol, totalmente ingênuos, perdidos. Chegando aqui, eles são obrigados a abdicar da cultura de origem, dos seus hábitos silvícolas e assumir uma postura de um povo extinto para satisfazer o interesse da Universidade Federal de Santa Catarina? Isso é um crime internacional! Isso que nós estamos falando aqui devia ser levado para um foro internacional. Isso é um crime. Não existiu isso na Antropologia mundial até hoje. Parece que houve uma coisa parecida lá pelas Filipinas, com aquele Marcos e a Imelda, a esposa dele. Esse Marcos, esse ditador das Filipinas, se não me





engano, uma vez descobriu um elo perdido lá, fantasiou o pessoal e inventou uma coisa parecida. Eu perdi um pouco do fio da linha.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Bom, o senhor estava acompanhando, então, o processo de demarcação, enfim, estudando. Como se desenvolve, a partir de 94, o processo de demarcação? Quando a Dra. Analucia lhe comunicou que seria feito?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Exatamente. Em 94, ela me comunica: *“Em 94, vai ser instaurado...”*. Já estava, então, mas nós não sabíamos. Aliás, ao processo demarcatório, durante esses 10 anos — eu fiquei lutando sozinho —, nós não tínhamos acesso a ele, era um documento secreto. Fomos a Brasília. Eu estive na FUNAI, pedi cópias do processo, e a Dra. Maria Auxiliadora de Sá Leão, ex-Presidente da ONG CTI, mandou um aviso dizendo que não era para entregar cópia para mim. Eu consegui um advogado, que peticionou que entregassem as cópias. As cópias não foram entregues, e a petição foi tirada do processo demarcatório. O processo demarcatório ocorreu em sigilo, embora fosse um documento público, devido à ingerência da CTI dentro da FUNAI. Sobre esse processo, doutor, é bom citar a seguinte questão.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Em que ano foi isso?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Que eu fui buscar esse processo demarcatório? Isso, doutor, deve ter sido em 2004, 2005. Para eu recorrer da demarcação — eu tinha um prazo de 90 dias, eu fiz isso ainda então sozinho —, a minha advogada teve que entrar com uma ação cautelar para conseguir uma cópia do processo para poder instruir a defesa, porque ela não tinha. Era proibido pegar. Por que esse processo demarcatório era escondido? Porque quem peticiona o processo demarcatório, quando não havia indígenas — temos um processo que mostra, a perícia mostra —, é a Sra. Maria Inês Ladeira, a dona da ONG CTI. Está ali, na primeira folha do processo demarcatório. Depois ela é contratada pela FUNAI — olhe que interessante — para coordenar o processo demarcatório. Depois, avançando o processo demarcatório, ela passa a produzir o último relatório, aquele que seria realmente julgado no processo demarcatório como válido. Ela produz um documento, um relatório, em que ela manda para vistas da Diretora de Assuntos





Fundiários, se não me engano, que iria apreciar o trabalho dela, que, na realidade, era a ex-Presidente da ONG dela, a Dra. Maria Auxiliadora de Sá Leão. É claro que a raposa, cuidando do galinheiro, comeu os pintinhos, os ovos! A gente não tinha acesso a esse documento, a gente não podia lidar com uma força tão importante. O que me deixa realmente desapontado é a ação do Ministério Público Federal, é a cobertura que a Dra. Analucia Hartmann deu, a despeito de ter sido informada dessas questões bibliográficas, de ela ter visto quando os índios chegaram lá, ela ter dado cobertura a todo esse trânsito desse processo demarcatório, ter incentivado a condução desse processo, instado a que a FUNAI agisse rápido, a que o DNIT passasse medidas compensatórias. Há uma passagem interessante de uma... Eu tenho a ata de uma audiência pública, em que a Dra. Analucia Hartmann, que sempre foi contra a construção de um túnel embaixo do Morro dos Cavalos, alegando questões de efeito negativo aos índios, de inconstitucionalidade, por causa de um túnel no Morro dos Cavalos... É interessante que, na mesma época, nesta ata, ela pede dois túneis, e ninguém entendeu. Acontece que nessa época o processo demarcatório era referente a um lado só da BR, de 121 hectares. Então, era preciso fazer um túnel por baixo e usar a atual via. Acontece que já estava sendo tramado, dentro desse processo demarcatório, a ampliação para outro lado da rodovia. Por isso foram pedidos dois túneis: um túnel, inconstitucional, para a Dra. Analucia Hartmann; dois túneis constitucionais para a Dra. Analucia. Claro, dois túneis suprimiriam a atual via, e aí ela poderia expandir e aumentar o processo demarcatório. Foi o que aconteceu. O processo demarcatório, de repente, passa a 1.889 hectares. Começa com 16 hectares, vai para 121 hectares e depois para 1.889 hectares. Conseguiram o objetivo que eles queriam. Levaram essa discussão, se era constitucional ou não o uso do subsolo do Brasil, terras brasileiras, se era da União ou não fazer um túnel. Levaram para a Advocacia-Geral da União e ficaram discutindo por 5 anos. Foi o tempo suficiente para aumentar o processo demarcatório e passar para o outro lado. Assim foram aprovados os dois túneis, que, até o ano de 2001, não eram necessários no Morro dos Cavalos. Isso aconteceu ali na região. Outra coisa muito importante: como que nunca ninguém se importou com o mapa, com a representação cartográfica, que foi publicada no Diário Oficial da União, que está no processo demarcatório e que passou pelas vistas da Dra.





Analúcia Hartmann, mostrando que aquela área é uma planície? Aquilo é um morro! Eu alertei o pessoal de Brasília: *“Vocês estão sendo enganadas. A terra é ruim para os indígenas”*. *“Não, mas é uma planície, está aqui no mapa, está aqui na representação cartográfica”*. Isso está como uma fraude, e vale até hoje, continua valendo até hoje. Tudo isso aconteceu com o acompanhamento da Dra. Analucia Hartmann. Eu fiz denúncias à Procuradoria-Geral da República. Eu fiz denúncias ao Conselho do Ministério Público. Eu fiz denúncias à Advocacia-Geral da União. Para todos os Senadores que eu podia, para todos os Governadores que eu podia, para todos os Ministros — Márcio Thomaz Bastos, Tarso Genro, o anterior ao Márcio, que agora eu não me lembro quem era, não me recordo.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Não! Márcio Thomaz Bastos e Tarso Genro foram os dois para quem eu fiz a denúncia, mas eu nunca tive resposta de ninguém. Curioso que, quando a Procuradoria-Geral da República me respondeu... E tudo muito bem documentado, senhores, tudo tem prova do que eu estou dizendo. A Procuradoria-Geral da República mandou arquivar. Curioso que a Dra. Analucia Hartmann, se eu não me engano, na época, era Presidente da 6ª Câmara das minorias étnicas e das questões indígenas, naquela Procuradoria. Então, nada frutificou. O processo demarcatório foi cerceado pela ONG CTI. O processo demarcatório é uma afronta a um processo administrativo; é um desrespeito à história fundamental de Santa Catarina; é um documento que tem que ficar escondido, só tem que servir para um processo demarcatório; é um desserviço à educação esse tipo de documento; mas está aí e valendo esse documento. É claro que eu paguei um preço por isso aí. Houve uma ocasião em que a discussão se tornou tão acalorada entre a Procuradora da República e o DNIT, porque o DNIT, que eu visitei algumas vezes, em Brasília, disse: *“Olha, nós vamos fazer o seguinte: nós vamos passar quatro pistas em frente àquela área ali — ainda não estava previsto o aumento para o outro lado —, vamos passar quatro pistas na nossa faixa de domínio”*. E eu disse: *“Mas, espera um pouquinho. Quatro pistas na faixa de domínio!”*. A obra ia sair mais cara, ia ser de difícil manutenção, ia prejudicar os acessos a nossa comunidade. E, pior, ia ser pior para os índios: quatro pistas é pior do que duas pistas. Mas com pode uma coisa dessa? Eu entrei com uma denúncia





no Tribunal de Contas da União e relatei tudo isso, passei o que eu podia passar de informação. Eles concordaram, suspenderam a obra, expediram um acórdão, aqui em Santa Catarina, e me deram os parabéns. Depois de 3 meses eu sou processado pelo Ministério Público, depois de receber os parabéns, depois de dar a minha participação cidadã, depois de defender o uso correto do erário, evitar uma fraude, eu sou processado pela Procuradora da República de Florianópolis, porque eu tive que citar o nome dos fraudadores, de todos os que fraudaram o processo demarcatório? É bom que se entenda que o processo demarcatório se entrelaça com o projeto de duplicação da BR-101 através dos Relatórios de Impacto Ambiental, que foram feitos pelos mesmos autores do processo demarcatório. A dois diretores do DNIT, o último, o Dr. João José, eu dizia: *“Doutor, aqui no acórdão do Tribunal de Contas da União está escrito. O senhor não pode contratar mais a Maria Inês Ladeira. Tudo isso está dito aqui sobre ela. Não contrata mais ela”*. Ele disse: *“Pois é, mas a Dra. Analucia Hartmann vem aqui e manda a gente ter que contratar. A gente recomenda que a empresa que ganhar a licitação contrate ela de novo”*. Pois houve essa desobediência, senhores, ao Tribunal de Contas da União agora, que disse que não era para contratar para o terceiro EIA/RIMA ali, e foi contratada para fazer o terceiro EIA/RIMA de novo, que é o que está valendo agora, a Maria Inês Ladeira, uma fraudadora contumaz, por que outro não poderia fazer o relatório. Houve uma desobediência desse acórdão, agora, e está valendo. E a segunda desobediência a esse acórdão: se o acórdão foi expedido em função de não fazer quatro pistas na frente dos indígenas, não era para fazer quatro pistas na frente dos indígenas, não era para contratar. Pois estão lá, feitas quatro pistas na frente dos indígenas! Como é que se explica isso? Que esculhambação é essa? Correto? Isso aí tudo está nesse acórdão do Tribunal de Contas da União. E eu fui processado porque eu tive que dizer o nome das pessoas, doutor. Entendeu? E me deparei sozinho numa ação criminal. Eu nunca tinha me sentido assim. Gastei o que eu não podia gastar, contratei um bom advogado, fui absolvido em primeira instância, elas recorreram e fui absolvido em segunda instância, sem a apreciação do mérito. Então, agora, eu acho que, pelo menos, eu tenho o direito de dizer que são publicamente mentirosas e fraudadoras a Sra. Maria Inês Ladeira, a Sra. Maria Dorothea Post Darella. Fraudes absurdas e ofensivas. E sempre acompanhadas e







defendias pela Dra. Analucia Hartmann. Eu sou citado pela Dra. Analucia Hartmann em depoimentos, em participações de audiências públicas, como comprador de indígenas. Ela diz: *“Esse cidadão está impedido de depor porque ele comprou o indígena Moreira”*. A miséria dele está aqui. Vão lá ver como é que está. Eu não tenho dinheiro pra dar a índio, e não faria nunca uma coisa dessas. O que ele sabe é a história da vida dele, que está sendo massacrada. Este cidadão aqui está sendo perseguido, é abandonado, passa fome. Recentemente, entrou uma pessoa lá na aldeia dele e matou um cara lá dentro. Alguém investigou isso? Não. A doutora citou a questão de mortes. Sabem quantos indígenas morreram no Morro dos Cavalos, atropelados? É lógico que vai morrer indígena. Só brasileiro para fazer uma coisa dessas. Indígena ao lado de uma BR vai morrer atropelado? Sim, vai. No processo demarcatório, lá no fundinho, num pé de página, está escrito: *“Em conversas informais, ficamos sabendo que 16 indígenas morreram atropelados”*. São mais, hoje, não é? Deve ser uns 20 já. Morreu, há pouco tempo, mais um, não é? Agora, há pouco tempo. Então, a morte dos indígenas, a falta de qualidade da região onde eles estão não importa a ninguém. Eu tentei conseguir uma informação — vocês estavam comentando —, eu fui na Polícia Rodoviária Federal para conseguir uma informação de quantos indígenas morreram atropelados, porque todos os que morrem atropelados eles têm que registrar. Foi-me negado. Se o senhor for lá, eles vão ter que lhe informar. Passa de 20 o número de indígenas que morreram atropelados. Quem é o responsável por essas mortes desses indígenas trazidos ali para simular populações tradicionais? Alguém tinha que ser responsabilizado por essas mortes. Aliás, eu tenho uma nota num jornal, de 95: *“Quem será responsabilizado...”* — está lá em casa — *“...pelos índios que vão morrer aqui atropelados?”* Está lá a nota no jornal, é 95. Então, todo esse envolvimento aconteceu, começou timidamente e não houve resistência. Vocês têm que entender isto: não houve resistência. Eu não consegui. Houve, sim, um patrulhamento e uma força formada pela Procuradora Analucia Hartmann, pela ONG CTI dentro da FUNAI e por toda uma comoção nacional de questões indígenas que aconteciam à época. Por isso frutificou e chegou onde chegou agora. Nós estamos chegando agora para resolver a questão. Entendeu? Então, por isso que se chegou onde nós estamos agora. Eu estive na Polícia Federal. Fui chamado lá, numa ocasião, porque eu tinha





entrado... Não, porque parece que no inquérito dele eu fui chamado porque eu o comprei. Eu fui lá e fiz o meu depoimento. Fui muito bem recebido pelo Dr. Ildo Rosa. Eu perguntei: *“Dr. Ildo Rosa, eu deixei uma documentação...”* Eu sei que eu deixei uma documentação suficiente para a Polícia Federal descobrir de onde vinham os índios. Ele viu índios embarcados em ônibus, quem trazia, — nós sabemos quem trazia —, como vinham. Deixei documentação suficiente para ficar fácil para a polícia saber que aqueles índios estavam chegando, mas o Dr. Ildo Rosa, muito cavalheiro, disse: *“Beto, não adianta eu começar um inquérito aqui. A Dra. Analucia Hartmann vai mandar eu guardar isso aí, vai colocar numa gaveta e não vai dar em nada”*. Dessa documentação farta que eu deixei lá, doutor, uma quantidade assim de documentos, bem classificados... Chamou-me um delegado um pouco ríspido, que me tratou muito mal. Ele me chamou: *“Vamos depor sobre essa questão”*. Eu falei: *“Opa, vamos conversar agora. Ele disse: “O que o senhor tem a dizer? Isso aqui não tem nada, não! Isso aqui não tem nada! Assine isso aqui. O senhor tem alguma coisa a dizer? Não. Isso aí não é nada. Acabou. Assine aqui.”* E assim foi arquivado. Está tudo lá na Polícia Federal. Se precisarem de ajuda para dissecar aquilo, está à disposição. Está tudo lá.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Qual é o nome desse delegado?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Não sei, doutor. Foi o mesmo que também praticamente nos expulsou de lá na ocasião em que esse moço aqui foi retirado do Morro dos Cavalos. Em 2012 ou em 2011, ele foi retirado de lá da terrinha dele, colocado numa camionete e jogado, mais adiante, num local chamado Praia de Fora, que hoje dá origem a essa ocupação — isso em 2012. Ele me telefonou, estava com sede. Eu cheguei lá, tinha uns 15 ou 16 índios, crianças, com sede à beira da BR. Mas eu tenho que ter cuidado para dar água a eles. Senão posso ser acusado de estar favorecendo e comprando alguma coisa ou dando dinheiro a eles.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor lembra a data do depoimento que o senhor prestou à Polícia Federal?





**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Isso foi em 2012. Eu não me lembro, puxa vida! Eu não consigo me lembrar, mas eu tenho o protocolo, direitinho, de quando eu entrei.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Eles têm arquivado isso aí lá, com certeza.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim, têm, têm. Bom, o que eu fiz com esses...

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Só um parêntese: o senhor foi chamado alguma vez à Justiça Federal em razão desse depoimento prestado à Polícia Federal ou não?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Fui... Qual depoimento?

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor foi à Polícia Federal, não foi?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Fui. Eu fui fazer uma denúncia.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - O senhor prestou esclarecimentos lá à Polícia Federal.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Isso foi formalizado?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim.

**O SR. MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA** - Posteriormente, o senhor chegou a ser chamado à Justiça Federal acerca dessas declarações prestadas?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Não, não. Eu só fui chamado para prestar informação a respeito daquela montanha de documentos que eu deixei por esse delegado que chegou bravo, não me deixou falar, encerrou o termo, fechou: *“Vai embora. Acabou”*. Esse mesmo... Eu acho interessante agora fazer outra questão aqui. Mas eu não estou dizendo que esse delegado... Eu só estou dizendo que aconteceu isso. E eu não podia... Porra, eu não podia fazer nada! Eu só quero dizer o seguinte: quando eu fui ver o que tinha sido feito com esse rapaz — os indígenas estavam à beira da BR, e fui levar água para eles beberem —, falei: *“Não dá! Alguém tem que ajudar esse povo”*. O que eu fiz? Eu consegui levá-los de carro — parece-me que nós conseguimos passagem de ônibus — até a Polícia Federal.





Todos foram lá. Esse mesmo delegado desceu e mandou todo o mundo embora. Quer dizer, eu não fazia isso para desafiar ninguém, mas, se eu não tenho o Ministério Público Federal, realmente a única instituição que parece que é incumbida de tratar dos assuntos deles... O Dr. José Eduardo Cardozo, do Ministério Público Estadual, disse: *“Eu não posso. Tudo do indígena tem que ir para o Ministério Público Federal e, lá dentro, para a Dra. Analúcia Hartmann, porque existe uma questão de ética interna. Onde um bota a mão, o outro não mexe”*. Eu liguei para a Secretaria de Direitos Humanos, em Brasília, que tem *status* de Ministério, se não me engano. Eu não consigo me lembrar do nome da pessoa com quem falei. Ela disse: *“Olhe, não tratamos de assuntos de direitos humanos de índio. Índio em Santa Catarina só pode ser tratado pela Dra. Analúcia Hartmann”*. As convicções dela a gente conhece, e nós chegamos aonde chegamos porque é ela que conduz todas as questões, e ninguém pode fazer nada. E ela é truculenta. Ela processou a advogada que subscreve a ação popular da Enseada do Brito. Ela processou a Presidente do Conselho da Enseada do Brito. Eu, ela não teve coragem de me processar. Ela mandou uma tal de Procuradora Daniela me processar. Perderam essa ação, pela minha atitude, no acórdão do Tribunal de Contas. Perderam a ação. Mas ela não teve coragem de assinar essa ação.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Walter — é a Suzana —, eu só queria esclarecer sobre esse processo contra a Dra. Fátima. Foi no processo de ação popular... Ela é a advogada do autor da ação. E, na inspeção judicial, eu acompanhei a Dra. Fátima. Participei da inspeção junto com a Dra. Analúcia Hartmann, o juiz, Dr. Marcelo Krás Borges e a Procuradora da União, da FUNAI. Na ocasião, a advogada queria que o juiz visitasse todas as áreas, não só a aldeia indígena. Queria que ele visitasse... Como se tratava de analisar demarcação e a terra era muito extensa, ela queria que os juízes visitassem a aldeia, mas também visitassem os pescadores que iam ter que sair dali, caso a área realmente fosse demarcada. Só que a Dra. Analúcia praticamente montou um cenário para receber o juiz. Ela preparou, pediu para que os indígenas preparassem uma dança, uma dança típica para receber o juiz. E a advogada, então, pegou e disse: *“Não, nós não vamos perder tempo com dancinha agora, sendo que tem um monte de coisa para ver”*. Quando ela falou isso, ela disse assim: *“O quê? Você está chamando de*





*dancinha? Dancinha? Isso não é dancinha. É uma coisa muito nobre e cultural, não é dancinha*". Meses depois, a Dra. Fátima recebeu uma citação, sendo processada pela Dra. Analúcia Hartmann por ter usado a palavra "dancinha". Ela estava fazendo uso do direito dela de advogada, do trabalho dela de querer agilizar a inspeção judicial, e foi processada por isso, e teve que fazer... Ela foi processada tanto cível como criminalmente. Ela recebeu dois processos da Dra. Analúcia Hartmann.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sim, poderia, exatamente! Foi o que eu imaginei na época.

Vou passar a palavra ao Walter.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Há uma outra passagem interessante. Nós fizemos uma reunião recentemente, no ano retrasado, em que estavam presentes o Governador Raimundo Colombo, o Senador Esperidião Amin, Luci Choinacki, outros, o Dr. Alisson, o Dr. João Passos e o Dr. José Eduardo Cardozo. Isso está gravado. E, na ocasião, nós começamos a conversar, e o Dr. José Eduardo Cardozo nos interpelou, me interpelou e disse que eu não deveria, enfim, me intrometer na tentativa dele de conciliar. Isso sabendo ele que nós estivemos no gabinete dele em Brasília e fizemos toda essa denúncia que nós estamos fazendo para os senhores. Ele ouviu e disse: *"Vamos investigar, vamos investigar"*. Mas o interessante é que o Dr. José Eduardo Cardozo disse a seguinte coisa na presença de todos *"é bom que vocês façam acordo, porque eu sei de situações em que se fica discutindo demarcação de reserva indígena 70 anos"*. Isso falou o Dr. José Eduardo Cardozo. Isso, para mim, foi uma ameaça, uma ameaça para nós: *façam o acordo, vamos resolver isso aí, porque, senão, se vai ficar discutindo isso durante 70 anos. É assim que funciona*. Agora, a Dra. Analúcia Hartmann levava na ocasião um livro — eu vi esse livro na mão dela duas vezes. É um livrinho escrito por um padre, fininho, uma brochura que mostra uma cabaninha no Morro dos Cavalos, com uns índios na frente. Não sei se o Milton estava em 1992 — acho que o Milton não estava —, mas estavam crianças, uma mulher, uma cabaninha, em 92. Como prova de convencimento, eu acredito que ela usa esse livro para mostrar para o Ministro, para mostrar... Disseram-me que ela esteve conversando com o Ministro Lewandowski — surgiu essa conversa, através de





advogados. Nesse livrinho, tem uma foto de 1992 realmente com uma cabaninha e um índio lá. Eu estou dizendo que em 1986 não havia e em 1992 não havia, e nós temos fotos mostrando que não havia. Essa cabaninha foi construída por um branco, um homem de Palhoça, que frequentemente passava pela casa da irmã dele, D. Rosalina, que fica na Praia de Fora, pegava uma filha dela de 12 anos e a levava para lá para satisfazer as necessidades sexuais dele. Ele tem três filhos com essa criança. Esses filhos nasceram quando ela tinha 14 anos, 15 anos, 16 anos. Isso é o argumento que ela utiliza. Isso vai além do aceitável. Isso vai além do que é crime. Isso é um... Por que ela anda com esse livro e por que ela mostra esse livro? Deveria ser investigado o responsável por ter... É só conversar com a sobrinha desse rapaz e com esse cidadão. Uma criança de 12 anos teve três ou quatro filhos com esse... Esse livrinho ela utiliza para convencer as pessoas. Agora, por que esse livrinho não está nos autos do processo? Agora, se eu vou a um Ministro e digo *“olha, Sr. Ministro, esse cara é um mentiroso. Olha aqui a foto de 1992”*... Essa foto de 92 é isso: é uma cabaninha para uma criança manter relações sexuais com um homem ali de Palhoça. A criança era a tua sobrinha? Tua sobrinha. Então, o que tem hoje, ao que nós chegamos hoje, se chegamos aqui, é através da ação da Dra. Analúcia Hartmann, defendendo pessoas que fizeram processo demarcatório, que participaram de um processo demarcatório absolutamente fraudado. Não há necessidade de ser antropólogo, não há necessidade de ser historiador para tirar uma conclusão dessas.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Certo. Vou falar alto. Não precisa me passar o microfone.

Qual é o interesse que a Dra. Analúcia Hartmann teria para adotar uma postura como essa?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Eu não consigo entender nenhum interesse nessa postura dela, uma vez que a situação dos indígenas, na condução e no transcorrer de todo esse processo, sempre foi de miséria. É notório que não se coloca um... Ela tem um pouco de conhecimento antropológico. Não se retira um povo silvícola de sua região original e tradicional, onde ele tem relações profundas, muito mais do que a gente, com o meio ambiente, para colocá-los numa região, num ecossistema, num bioma absolutamente diferente, no Paraguai. Isso é





um grande crime! Aliás, a nossa Constituição, doutor, eu acredito que o art. 231 não foi escrito... E me parece que é uma cópia de um artigo americano, da Constituição americana, essa situação da tradicionalidade. Isso não foi feito para defender interesses de propriedade, mas sim para que as pessoas não retirassem os índios do seu local e os transportassem para outro local em que eles iam sucumbir. Foi o que fizeram nos Estados Unidos: pegaram todos os índios, arrebanharam e jogaram num deserto qualquer lá no norte. Então, a nossa Constituição foi feita para preservar a ligação tradicional e original do povo com a sua terra tradicional e original. E o que essa Procuradora fez foi ter aceitado esse crime de retirar coitados do Paraguai, onde exerciam um vínculo silvícola com aquela região, e colocá-los na costa de Santa Catarina, numa região totalmente diferente. Qual é o interesse dela nisso? Eu não sei. Não há nenhum interesse plausível, senão alguma questão de ego, alguma questão de interesse particular. Nada justifica isso que ela fez, nada! Se fosse tudo isso feito em benefício dos índios... Sempre me perguntaram, doutor, quem é que está ganhando dinheiro com isso. Bom, perdendo dinheiro com isso nós sabemos que muita gente está. Morrendo com isso nós sabemos que muita gente está. Quem está ganhando dinheiro com isso? Na Universidade Federal há dois ou três doutores, fraudes mentirosas, e eles ganham de 16 a 17 mil reais por mês. Fraudes mentirosas! É muito importante que a gente pegue o processo demarcatório e leia numa determinada página que a Maria Inês Ladeira tenta justificar a presença indígena na região, citando vários trabalhos dela mesma, porque ela não tem ponto de bibliografia para sustentar a sua posição. Então, ela cita vários trabalhos dela mesma e dos seus alunos. É interessante porque ela cita o relatório de impacto ambiental para a construção da BR-101 escrito por uma aluna dela, por uma pessoa que ela passa a orientar depois, a Sra. Maria Inês Ladeira, e cita esse conjunto de bibliografia, dizendo o seguinte: *“Todos esses trabalhos comentam a presença e foram elaborados para favorecer a demarcação da terra indígena.”* Ela declara, no processo demarcatório, que o projeto de duplicação, no seu relatório de impacto ambiental, foi feito para demarcar a área indígena. Está aí a ingerência da FUNAI dentro do DNIT. Ela está declarando isso.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor referiu que antropólogos, então, manipularam essas informações, citando especificamente





a Sra. Maria Inês Ladeira. O senhor chegou a conhecê-los ou os viu em atividade ali no local?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Nunca, nunca vi, só...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Eles fizeram o trabalho de campo ou é um trabalho de gabinete?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Eu moro ali, nunca vi a Sra. Maria Inês Ladeira, nunca, mas não tinha trabalho de campo para fazer, doutor. Se o processo começou em 91/92, não havia indígena, não tem como fazer. Nós temos uma prova visual e oficial de uma ação civil pública que mostra que ali não havia indígena.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor pode nos fornecer todos esses documentos, por favor?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Eu acho que o Dr. Alisson tem esse processo. O senhor disse que escaneou esse processo, porque ele ia sumir com esse processo — se já não sumiu. Ele tem uma foto. Eu tenho ainda a foto.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Esse dossiê que o senhor disse que é volumoso, que o senhor disse que tem uns 50 a 60 centímetros de altura, o senhor tem esse dossiê, esses documentos?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Eu tenho pelo menos 20 caixas de arquivo com documentos. E lá, na Polícia Federal, existe todo o processo do Tribunal de Contas e toda essa análise que eu fiz do relatório de impacto ambiental, que faz uma discussão, a análise do processo demarcatório...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - A pergunta é: o senhor pode nos fornecer esses documentos?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim, sem dúvida.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Nós vamos precisar deles.

A pergunta aqui é a seguinte: além da Maria Inês Ladeira, quais são os outros antropólogos que participaram disso?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Maria Dorothea Post Darella. Ela é muito ativa nessa questão toda. Inclusive participou na defesa, em algumas







ações, sobre as quais nós já participamos nas audiências. Ela vai lá defender os indígenas. Ela está sempre os defendendo. Há algumas participações dela... Ela fez um relatório de impacto ambiental, que foi revogado pelo Tribunal de Contas da União. Pelo que eu sei, ela não devolveu o dinheiro. Ela, junto com Aldo Litaiff, fez um relatório para o Estado de Santa Catarina, para o Parque do Tabuleiro, que também não foi aceito pela FATMA. Recebeu; não deve ter devolvido o dinheiro também. São os três principais antropólogos: Maria Dorothea Post Darella, Maria Inês Ladeira e Aldo Litaiff.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor conheceu a Flávia Cristina de Mello?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Não, não conheci.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Sabe se ela tem participação nesse processo de demarcação?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Tem, tem participação, sim.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor sabe qual é a participação dela?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Olha, eu li no processo demarcatório alguma participação dela nessa questão, mas não posso me recordar. Eu conheço o nome dela, doutor. Ela tem participação no processo demarcatório — não é estranho o nome dela. Acho que eu li alguma coisa dela, de que ela viajou com indígenas, vindos do Paraguai para o Morro dos Cavalos, e, se eu não me engano, em algum estado de consciência não muito... Alguma situação que me parecia que eles estavam sob efeito de alguma magia indígena. Ela cita nos trabalhos dela.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o envolvimento do Departamento de Antropologia da UFSC nisso tudo?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - O Departamento de Antropologia surge no começo da década de 90. Ele passa a existir com a chegada dos indígenas aqui em Santa Catarina. É no Departamento de Antropologia da UFSC que são formatados os documentos TCCs, documentos pedidos por instituições, na forma de relatórios antropológicos, para consubstanciar EIA/RIMAs, porque não há bibliografia. Os senhores têm que entender que, antes de 1994, não





há bibliografia para afirmar a presença indígena. Essa bibliografia é fabricada rapidamente e é pouca; em 1994, em 1992, com o trabalho do Aldo Litaiff, e daí por diante. Então, esse departamento é que vai conduzir o processo demarcatório com as suas bibliografias, junto com Maria Inês Ladeira, e vai conduzir a duplicação da BR-101, através de relatórios antropológicos para os EIA/RIMAs, para a ELETROSUL também. Houve ampliação de uma rede também, houve relatórios deles. Nesses relatórios, sempre estão peticionando medidas compensatórias, que vêm em dinheiro e que são repassadas através do DNIT, através dessas obras.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Todos os alunos, então, fazem relatórios de igual teor, ou seja, na mesma linha de que há indígenas, de que a ocupação é tradicional?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Ah, sim, a partir de 1994, nós vamos ter uma distorção; nós vamos ter uma curva de 90 graus nessa questão da história da ocupação populacional da costa de Santa Catarina e se começa a entender que eles estão aqui desde 1500. Aliás, no processo demarcatório há citações de que eles estão no Morro dos Cavalos desde a época das colonizações e que foram descobertos em 1994. Olhem só! Foram descobertos em 1994. São citações do processo demarcatório.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor disse que foi processado. O senhor tinha um *site* em que divulgava essas denúncias?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim, eu tinha um *site*. Tenho, mas está fora do ar. Não está em condições de entrar no ar, precisa de manutenção. Era chamado Antropowatch. Eu fui processado por causa do *site*. Eu soube posteriormente que a Sra. Maria Dorothea Post Darella estava instando um Procurador da Universidade Federal de Santa Catarina, que havia sido Procurador do DNIT e que, na ocasião em que foi Procurador do DNIT, contestou o processo demarcatório por força de ofício, uma vez que estavam demarcando a área de domínio do DNIT. Ele foi obrigado a contestar isso em um prazo de 90 dias. Esse é o Dr. César Obregão Azambuja. Ele sai da Procuradoria do DNIT e vai para a Universidade Federal de Santa Catarina como Procurador. Eu tive um encontro com ele lá e ele me disse: “*Olha, eu estou sempre... Pediram-me aqui que eu tirasse o seu site do ar*”. Depois de eles perderem a ação. Eu fui processado, fui denunciado,





na realidade, pela Universidade Federal, para o Ministério Público, por possíveis calúnias e injúrias contra Maria Dorothea Post Darella e contra Maria Inês Ladeira. Esse Procurador, então, hoje, o Dr. César Obregão Azambuja, disse: *“Olha, Beto, a Universidade não vai mais se meter nisso. Nós não vamos mais mexer contigo, nem vamos mexer com o site”*. Tá bom. Mesmo porque eles já perderam, isso já está julgado. O meu *site* pode continuar. Não está, porque...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - É outro processo ou é o mesmo que o senhor respondeu criminalmente?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Não, esse é o mesmo processo que eu respondi criminalmente. É o processo do *site*, o processo de todas as publicações que eu fiz, porque eu usei o termo “gigolôs de índio”. “Gigolôs de índio” foi um termo utilizado pelo Darcy Ribeiro. Não é meu. Eu não inventei isso. Ele já chamava os antropólogos, na década de 50, de gigolôs de índio.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Qual é o vínculo que o senhor... O senhor já descobriu algum vínculo da Dra. Analúcia ou com o Departamento de Antropologia ou com a CTI? Que vínculo ela tem, afinal de contas?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - O vínculo que ela tem é que ela exige que sejam eles sempre que intercedam junto à duplicação da BR-101, que eles são as pessoas que têm que...

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Ela força a direcionar os trabalhos técnicos para eles?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Sim. Sim. Quem me disse isso foi um diretor do DNIT, o Dr. João José, ex-Diretor do DNIT. O anterior a ele foi um diretor chamado Ribas Schwanssee, alguma coisa assim. O Dr. Ribas me disse a mesma coisa. Outra pessoa que escutou a mesma coisa do Dr. João José é a Sra. Beth. Eu faço questão que pergunte isso para ela.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Elizabeth...

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Elizabeth. Ele também disse isso para ela: *“Mas a gente é obrigado. A Dra. Analúcia Hartmann exige que a gente...”* Porque, doutor, não há outra pessoa que possa sustentar as mentiras que essas antropólogas sustentam em todo esse contexto. Poxa! A dificuldade da gente





era provar o que não existe! Como é que nós vamos provar que não existe? A grande dificuldade é provar o que não existe.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O Dr. João José não está mais no DNIT. Ele está agora...

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Está na Superintendência do Patrimônio da União agora. É uma pessoa muito tranquila e não concordava com o que estava acontecendo, mas o momento político — ele é do PT — exigia que ele acatasse essas determinações. Ele assim o fez. Ele desobedeceu ao acórdão. Ele, sabendo... Houve uma desobediência do acórdão do TCU. Foi contratada a Maria Inês Ladeira, em desobediência ao acórdão do TCU. Foram feitas quatro pistas em desobediência ao acórdão do TCU. E agora vão fazer dois túneis! Precisa de dois túneis? Vai custar mais de 1 bilhão de reais!

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor anunciou as decisões dele ao atrelamento político dele ao PT?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUSAN** - Não. Eu... Não. Não ao PT. Não seria justo se eu fizesse isso, porque é bom que a gente entenda, doutor, que esse processo demarcatório não começa no Governo do PT. Esse processo demarcatório — é muito importante isso — começa no Governo do Fernando Henrique Cardoso. Isso começa em 1994. E é interessante que foi criada toda uma situação para que esses antropólogos pudessem dominar essas questões do processo demarcatório através de um protocolo de intenções firmado no ano de... Eu não me lembro se foi no ano de 1991 que foi firmado um protocolo... Acho que foi em 1991. Não sei. Agora eu não estou me lembrando, mas foi firmado um protocolo de intenções entre a Procuradoria-Geral da República e a Associação Brasileira de Antropologia — ABA, onde, em relatórios antropológicos, só poderiam se reportar antropólogos filiados à ABA. A ABA é uma entidade... E até hoje está valendo esse protocolo! Foi isso que deu margem à ABA, que é dominada por esses antropólogos, a colocar “à disposição”, entre aspas, dos Procuradores da República os antropólogos que fossem alinhados com o pensamento deles. Porque existe esse protocolo de intenções e, naquele momento, tirou-se da discussão, que era multidisciplinar, o geólogo, o advogado, tirou-se o engenheiro, tirou-se o historiador. Antropologia é uma coisa, história é outra. Nós estamos falando sobre informações





históricas. Não se comenta sobre a história nessa questão toda? Morreu a história nisso aí?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor falou em história. A gente observa que os antropólogos, de um modo geral, a gente não pode dizer todos, mas me parece que a grande maioria ou pelo menos os que estão atuando na questão indígena formam uma rede de pensamento único. Para se contrapor, de uma forma científica, quer me parecer que nós teríamos que recorrer à história.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina não se manifesta? Não tem gente em condições de falar, contrapondo-se a tudo isso?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Doutor, veja a carência moral em nosso País. Eu tenho um protocolo junto ao Instituto Histórico e Geográfico catarinense. Na ocasião, um dos membros do Instituto estava realizando um trabalho em conjunto com o Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele ficou vermelho na minha frente, numa reunião com 12 pessoas. Eu disse: “*Senhores, cadê a memória da história de Santa Catarina?*”. Apresentei tudo e disse: “*Os historiadores estão dizendo isso. Vocês não vão fazer nada?*” Eles me enrolaram e não fizeram nada. O Museu Histórico e Geográfico de Santa Catarina é só uma instituição de fachada, doutor. História, em Santa Catarina, é uma grande besteira, não tem nada, ninguém se preocupa com a nossa memória histórica. Não há. Agora, seria muito interessante se se contratasse um historiador para fazer uma análise do que está na bibliografia. É simples, e isso estaria resolvido. Nós estamos discutindo sempre questões históricas. Viviam ou não viviam? Isso é história. Estavam lá ou não estavam? É passado, isso é história. Antropologia é outra coisa, vem da história.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Retomando o caso da Procuradora, que tem sido alvo aqui das observações, parece-me — e não sei de onde partiu isso — que houve uma representação contra ela junto ao Conselho Nacional do Ministério Público. Houve?

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim, eu fiz isso.

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - E qual foi o resultado?





**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Mandaram códigos, e foi arquivada.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Você fez uma e o Conselho Comunitário fez outra.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Sim, foram duas. Não apreciaram, disseram que era uma matéria que já havia sido... Eu não entendi, doutor, não houve nada, não aconteceu nada. E também, doutora, parece-me que teria que haver um acompanhamento, porque eles respondem assim: "*Segundo o processo "x", o processo "y", não há material, não há nada de interesse*". Aí a gente desiste. É claro que se a gente recorrer àquela informação e ir adiante, talvez a coisa frutifique, mas a gente não fazia isso, a gente não sabia que tinha que fazer isso.

**A SRA. SUZANA APARECIDA ALANO** - Sobre a Universidade Federal, não é só o setor de Antropologia. Há um instituto, chamado Instituto de Estudos Latino-Americanos, dentro da Universidade, que produz vídeos para serem publicados em *sites* de ONGs. Eles trabalham constantemente com os indígenas, inclusive tem até um curso específico para os indígenas dentro da Universidade. Eles estudam lá, e há um curso superior. Eu não estou lembrada do nome do curso, mas existe isso lá dentro e é muito forte. É de lá que sai muita matéria para os *sites*. E eu fico muito chateada, porque, depois de todo esse nosso trabalho, muita mentira foi colocada na Internet. O meu nome está mencionado. Se eu coloco o meu nome no Google hoje, ele aparece. Ontem, eu fiquei bem chateada, porque disseram que uma moradora da comunidade me processou. Eu nunca tive nenhum processo de nenhuma moradora da comunidade em razão de um reconhecimento... É mentira! E muitas outras coisas. Dizem que eu falei que iam vir 100 mil índios pra cá. Palavras que eu nunca disse e que foram colocadas por causa das nossas manifestações na Assembleia Legislativa, por causa das nossas aparições na TV, nas manifestações. Então, isso me deixou chateada. Faz muito tempo já que eu não participo de mais nada, já faz alguns anos que eu não participo de mais nada em virtude disso.

Era isso que eu tinha a falar.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Há mais alguma informação que os senhores queiram nos dar a respeito? Eu acho que ficou bem





completo, mas, Sr. Milton, o senhor se lembra de mais alguma coisa que queira falar para nós?

**O SR. MILTON MOREIRA** - Eu queria falar uma coisa, porque muitas promessas fizeram em favor da gente, usando o nosso nome, o da minha família. Até hoje, eu não consegui nada. Estou na rua, sem nada, sem terra, sem nada, mas usaram muito dinheiro em nosso nome. Eu quero apenas esclarecer que, se era meu direito, pelo menos, que consigam para mim uma terra melhorzinha, com boas condições. A intervenção da Dra. Ana Lúcia Hartmann já foi há mais de 6, 7 anos, quando disse que faria uma casinha para nós, mas até agora não saiu nada. Para os outros, já está saindo. E os índios que estão recém-chegados têm casas boas. E tem gente que usa nosso nome. Por que está acontecendo isso? Essa que é a minha pergunta. Que problema houve? É apenas porque eu falei a verdade? Só por causa disso que eu não vou ganhar nenhuma casinha? Não tenho direito a nenhuma terra, nem nada? E os outros que recentemente vieram do Paraguai, da Argentina, nem sei de onde vieram? Hoje, eles têm casa boa, têm luz e tudo! A FUNAI foi lá, mas não deu nenhum prego. Eu tenho nossa casinha lá, mas é tudo de madeira. Tudo conseguido com as pessoas amigas. Então, que defeito a gente tem? Só apenas por falar a verdade vamos receber castigo? Era só isso que eu queria dizer. Eu quero uma terrinha apenas. Não precisa ser uma terra grande igual à do Morro dos Cavalos, com 1.988 hectares. A gente quer apenas um lugarzinho onde a gente possa viver bem, que a gente possa plantar. Já que os antropólogos dizem que só vivem da colheita, eu também quero colher, mas tudo numa terra boa. É só isso que a gente quer: que a gente possa criar os nossos filhos.

**O SR. WALTER ALBERTO SÁ BENSOUAN** - Uma outra observação é que o Milton não é registrado na FUNAI. Ele não tem o RANI, ele nunca foi. E tudo começou com a família dele. Eles nunca foram registrados na FUNAI. Eles não são índios reconhecidos pela FUNAI. E tudo começou com eles. O interessante é que tem o processo em nome deles no Morro dos Cavalos e tem o processo em nome deles em Biguaçu. É o caso de a mesma família ocupar dois lugares ao mesmo tempo. E tem agora a tentativa de fazer o terceiro processo, que é na Praia de Fora, de onde eles foram despejados e onde morava a irmã dele, num terreno de um





particular. É interessante que ninguém da família dele, que começa o processo demarcatório, até hoje, foi registrado na FUNAI. Isso é muito interessante.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - E nem recebeu nada, nem terras e nem recursos.

Mais alguma pergunta dos senhores?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - Se ficarmos aqui nesta oitiva, ficaremos até amanhã. Há um limite razoável, não é?

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - O senhor quer encerrar, doutor?

**O SR. FERNANDO CARLOS WANDERLEY ROCHA** - O senhor pode conduzir com todo brilhantismo.

**O SR. COORDENADOR** (Rodinei Escobar Xavier Candeia) - Então, eu queria agradecer a presença de todos, inclusive do Dr. Alison, que teve a santa paciência de suportar... Não sei nem que horas são agora. São 21h16minutos. Foi uma árdua tarde de ouvidas, mas muito esclarecedora para nós todos que estamos fazendo este trabalho.

Queria agradecer de novo a gentileza da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, que nos propiciou este local para os nossos trabalhos. E agradeço a gentileza e a coragem dos senhores por comparecerem aqui: a Sra. Suzana, o Sr. Milton e o Sr. Walter.

Espero sinceramente que a gente consiga fazer um bom trabalho, levar a informação para o Congresso Nacional, para que ele possa, a partir disso, tomar posições e conduzir melhor essas questões, que, aparentemente, deixam o verdadeiro indígena abandonado enquanto favorecem determinados grupos de escolha.

Então, muito obrigado pelo comparecimento, muito obrigado pela coragem com que batalham. E nós, de nossa parte, vamos levar da melhor forma possível o trabalho para o Congresso Nacional.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

